



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA FERREIRA

**TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade
Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade
mineradora**



**CATALÃO/ GO
2012**



ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA FERREIRA

**TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão
(GO) e a territorialização da atividade mineradora**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

CATALÃO (GO)

2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UFG**

F383t	<p>Ferreira, Ana Paula da Silva de Oliveira. Territórios em conflito [manuscrito]: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora / Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira. - 2012. 174 f. : il., figs, tabs.</p> <p>Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Salazar Pessôa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2012. Bibliografia. Inclui lista de figuras e tabelas. Apêndices. Anexos.</p> <p>1. Agricultura - camponesa. 2. Mineradoras. 3. Comunidade Macaúba – Catalão (GO). I. Título.</p> <p>CDU: 911.3:332.012.324(817.3)</p>
-------	--

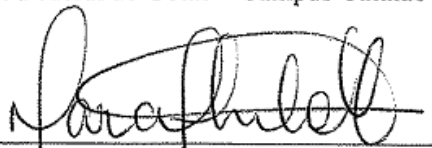
ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA FERREIRA

TERRITÓRIOS EM CONFLITO: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa
Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão



Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti
Membro Externo
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

Aprovada em 09 de março de 2012.

Aos meus avós, homens e mulheres da terra:

Dioclécio Oliveira sempre tão desejoso de tudo conhecer, tudo aprender e tudo viver
Arminda Silvério (*in memorian*), a quem presenteou, a nós, negos e negas da vó, com tanta
doçura e simplicidade
Azamor José Ferreira (*in memorian*) homem forte, sagaz, genioso e acima de tudo amoroso
com a família
Maria da Silva, mulher de fé e oração, sempre tão zelosa e preocupada com todos à sua volta.

Aos meus pais:

Soldenit Ferreira e Maria Estela de Oliveira
Essências da minha vida
Exemplos de perseverança, dedicação, luta, compreensão, amizade e amor

Aos meus irmãos:

Azamor da Silva Oliveira e Flávia da Silva de Oliveira Ferreira,
Amigos e companheiros

Aos camponeses e camponesas da Comunidade Macaúba

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado, por ser minha força, minha proteção, meu refúgio.

Agradeço a Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa, por todas as orientações sempre tão oportunas e sábias. Pela sua paciência diante de minhas demoras, de minhas dificuldades, por sua delicadeza e gentileza. Pela motivação dada, por sua atenção e disposição para esclarecer dúvidas e auxiliar no que fosse preciso e ainda pelos tantos livros emprestados.

A todos os moradores e ex-moradores da Comunidade Macaúba e Chapadão, sem os quais esta pesquisa não seria realizada. Por disponibilizaram de seu tempo para nos receber, pela atenção e informações dadas, pelo compartilhamento de memórias. Em especial aqueles, parentes, amigos ou vizinhos camponeses, com os quais tive a felicidade de conviver durante anos, partilhando de momentos de estudo, trabalho, festas, orações, o meu muito obrigado, pelos ensinamentos, risos, amizades, lembranças, pela confiança.

A CAPES, pela bolsa no período de 2010 a 2011, a qual viabilizou muitas participações em congressos, compra de livros e outros materiais importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

A minha amiga de caminhada na pesquisa, Ana Paula de Medeiros Ferreira, por seu otimismo e incentivo a carreira. Agradeço pela motivação e apoio dados desde a graduação até o presente. Obrigada pela sua amizade, e presença em minha vida.

Aos amigos que a geografia me permitiu fazer: Mônica Vieira, Cristina Agla, Hugo R. Duarte, Daniane Duarte, Vinicius Felipe, Luanara Marisol, Camila Maria, Eliane da Silva, Alán Diniz, Sérgio Idalino. Obrigada pelos momentos de desabafo, de distração e acolhimento. À Cristina agradeço também pelas apostilas emprestadas e por ter estado sempre disposta a me ajudar mesmo estando tão atarefada quanto eu.

A Lara da Silva Borges e Camila de Oliveira Borges, por terem me auxiliado a fotografar algumas imagens importantes para a pesquisa.

Meus agradecimentos a Prof^ª. Dra. Helena Angélica Mesquita pelas importantes contribuições dadas no momento da qualificação.

Ao Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti, agradeço pela atenção e pelas oportunas considerações feitas na defesa da dissertação, que contribuíram para uma melhor estruturação da mesma.

Ao Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, por me acompanhar na pesquisa desde a graduação até o presente, de formas diferenciadas ao longo desses anos. Pelas valiosas observações no projeto de pesquisa inicial com o qual fiz a seleção de mestrado, no relatório de qualificação e na defesa da dissertação.

Agradeço a todos os professores do Curso Graduação e de Pós-Graduação em Geografia pelas contribuições teóricas e pela amizade.

A Priscila Quirino, secretária do Programa de Pós-Graduação, pelos tantos esclarecimentos e auxílios nestes dois anos de pesquisa.

A todos os meus colegas e amigos do mestrado, especialmente a Kálita Tavares e Helém Cássia Reinaldo, amigas de longa caminhada, graduação, mestrado, companheiras de viagem, por serem tão pacientes comigo. E também a Heloisa Castro, Paulo Machado, Vaneza Cubas, Patrícia Rocha, Laurinda Ribeiro, Edson Duarte, Alfredo Arantes, José Luiz Vaz e Cleire Porto, pela companhia, pela amizade, pelos diálogos na sala do mestrado ou no intervalo das aulas, pelas correrias que passamos juntos neste mestrado. Ao Alfredo agradeço também pela construção dos mapas.

Aos colegas de mestrado de outras turmas José Dourado, Carlos Pedretti, Rafael de Melo, Ana Paula Novaes, Sisa Beti da Silva, Sheila Braz, Juliana Santos pela amizade e companhia em viagens e no laboratório do mestrado. A Ana Paula Novaes agradeço também por traduzir o resumo deste trabalho para o inglês.

A todos do núcleo de pesquisa NEPSA e especialmente aos amigos do GETeM. A Gisele Rodrigues e Juniele Martins pela amizade e disponibilidade em ajudar sempre.

A todos os funcionários do campus Catalão, em especial a Maria por seu sempre bom humor e carisma.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, muito obrigada.

[...] Pela geografia, aprendi que há, no mundo, um lugar, onde um jovem como eu pode amar e ser feliz. Procurei passagem: avião, navio... Não havia linha praquele país [...].

Belchior

RESUMO

A agricultura camponesa no Brasil tem se desenvolvido na marginalidade do sistema capitalista. No entanto, mesmo sem lhes ser concebida as devidas condições para sua reprodução, esta tem se reinventado em ações cotidianas que articulam experiências, saberes e trocas sociais, que tem lhe permitido continuar a existir. No período entre 1970 e 1980 o município de Catalão (GO) recebeu empresas mineradoras de capital estatal e privado que territorializam em área rural (onde moram predominantemente famílias camponesas) para explorar as jazidas minerais de nióbio e fosfato, ocasionando um conflito pelo uso do território. Diante desta realidade nos propusemos a pensar sobre a ocupação de um território a partir de duas racionalidades diferentes. De um lado, objetiva-se a exploração de minerais para a indústria correspondente, e de outro se tem famílias camponesas que buscam na terra os recursos para viverem. Delimitamos como objetivo geral da pesquisa compreender as transformações socioeconômicas, culturais e ambientais que estão ocorrendo na Comunidade Macaúba em função do processo de territorialização e expansão das indústrias mineradoras. A vinda dessas empresas significou, para alguns, sinônimo de crescimento econômico e “desenvolvimento” para a cidade. Por outro lado, gerou uma série de efeitos negativos para o meio ambiente e para as comunidades do entorno da área ocupada, com a destruição de áreas de Cerrado. Há também a poluição sonora, do ar e da água, que afetam diretamente as comunidades onde essas empresas se territorializaram, como a Comunidade Macaúba, localizada no município de Catalão (GO). Outro efeito que atinge a Comunidade refere-se à desterritorialização de famílias camponesas que se vêem obrigadas a arcarem com os efeitos, por vezes dolorosos, desse processo. Os efeitos das mineradoras na Comunidade são sociais, econômicos, ambientais e culturais. No entanto, mesmo diante de tantos impasses, a Comunidade continua a existir, a se reproduzir, se reinventando diariamente, criando para isso estratégias que perpassam o trabalho, laços de solidariedade, o lazer, a vida em comunidade. Há uma organização da Comunidade para continuar a existir, em uma forma de resistência silenciosa, onde a Comunidade resignifica suas existências, resgata seus costumes como os mutirões, as rezas, as festas, o futebol, a cavalgada.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa. Mineradoras. Comunidade Macaúba. Catalão (GO).

ABSTRACT

Peasant agriculture in Brazil has developed on the margins of the capitalist system. However, even without being designed the necessary conditions for their reproduction, it has reinvented itself in the everyday actions that articulate experiences, knowledge and social exchanges, which has allowed it to continue. Between 1970 and 1980 the city of Catalão (GO) mining companies received state capital and private territorialization in rural areas (where they live predominantly peasant families) to exploit the mineral deposits of niobium and phosphate, leading to a conflict over land use. Faced with this reality we set out to think about the occupation of a territory from two different rationales. On the one hand, the objective is the exploration of industrial minerals correspondent, and has another peasant families seeking resources on earth to live. We defined the objective of the research to understand the socioeconomic transformations, cultural and environmental factors that are occurring in the Community Macaúba depending on the process of territorial expansion and mining industries. The arrival of these companies has meant, for some, synonymous with economic growth and "development" for the city. On the other hand, generated a series of negative effects on the environment and the surrounding communities of the area occupied with the destruction of areas of Cerrado. There is also noise pollution, air and water, which directly affect the communities where these businesses are territorialized like Macaúba Communities, located in the Catalão (GO). Another effect that affects the Community refers to the dispossession of peasant families who are forced to bear the effects, sometimes painful, this process. The effects of mining in the Community are social, economic, environmental and cultural. However, even with so many dead ends, the Community continues to exist, to reproduce itself, reinventing itself daily, to creating strategies that underlie this work and ties of solidarity, leisure and community life. There is an organization of the Community to continue to exist in a form of silent resistance, where the Community significance to their lives, their customs rescues as joint efforts, prayers, festivals, football, horseback riding.

Keywords: Peasant Agriculture. Miners. Community Macaúba. Catalão (GO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Localização geográfica do município de Catalão (GO) -----	20
Mapa 2 -	Localização da Comunidade Macaúba, das empresas mineradoras e dos domos do município de Catalão (GO) -----	23
Mapa 3 -	Geologia e localização das minas em Catalão (GO) -----	26
Mapa 4 -	Geologia do Complexo Mineral Catalão/ Ouvidor – Mina Chapadão/ Catalão I -----	27
Mapa 5 -	Minérios do Complexo Mineral Catalão/Ouvidor (GO) -----	28
Figura 1-	Estrutura física da Comunidade Macaúba/Catalão (GO) -----	81
Gráfico 1 -	Composição do produto mineral por substância em Goiás – 2009 -----	90
Mapa 6 -	Rede hidrográfica no entorno do complexo minero-químico de Catalão/Ouvidor -----	109
Foto 1 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): represa de dejetos da mineração Vale -----	110
Foto 2 -	Fosfertil S/A: efeitos do rompimento da barragem de rejeito (magnetita)	113
Foto 3 -	Comunidade Macaúba / Catalão (GO): depósito de rejeito estéril da mineração Copebrás-----	113
Gráfico 2 -	Força de trabalho na Comunidade Macaúba/Catalão (GO) – 2011 -----	119
Gráfico 3 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): produção de alimentos -----	125
Gráfico 4 -	Comunidade Macaúba /Catalão (GO): criação de animais -----	126
Foto 4 -	Bairro Ipanema, Catalão (GO): Feira Camponesa -----	130
Foto 5 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): time do Campo Grande, Campeonato de 1975 -----	133
Foto 6 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): cavalgada e momento de confraternização -----	135
Foto 7 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): mutirão para bater pasto -----	138
Foto 8 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): dia de mutirão de bater pasto em horário de almoço, e confraternização após execução da tarefa -----	139

Foto 9 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): procissão de via sacra -----	145
Foto 10 -	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): altar com bandeira de Santo Antônio, São João e São Pedro -----	147
Foto 11-	Comunidade Macaúba/ Catalão (GO): Festa de São Pedro e Festa de São João -----	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Classificação da produção e das reservas minerais do Brasil em termos mundiais (2008) -----	87
Tabela 2 -	Perfil dos moradores da Comunidade Macaúba – 2011 -----	123
Tabela 3 -	Tamanho das propriedades da Comunidade Macaúba- 2011 -----	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	14
2 CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DA PESQUISA: a Comunidade Macaúba como <i>locus</i> da investigação -----	20
2.1 A Comunidade Macaúba e as mineradoras: conhecendo a área da pesquisa -----	20
2.2 A mineração Copebrás e a mineração Vale fertilizantes em Catalão (GO) -----	25
2.3 A escolha do tema e o problema da pesquisa -----	32
2.4 O desafio de pesquisar: delimitando o caminho metodológico da pesquisa -----	36
2.5 A ida a campo: na busca de desvendar a Comunidade Macaúba -----	41
3 AGRICULTURA CAMPONESA E TERRITÓRIO: transformações na Comunidade Macaúba -----	56
3.1 Agricultura camponesa e produção do território -----	56
3.2 A resistência camponesa: algumas ações -----	68
3.3 Território do campesinato e do capital: o embate entre Comunidade Macaúba e atividade mineradora -----	76
4 TERRITORIALIZAÇÃO DAS MINERADORAS NA COMUNIDADE MACAÚBA: efeitos socioambientais na Comunidade Macaúba -----	83
4.1 A mineração no Brasil e em Goiás: (re) visitando parte da história -----	83
4.2 A chegada do outro: a territorialização das mineradoras na Comunidade Macaúba/Catalão (GO) -----	91
4.3 A desterritorialização de famílias camponesas da Comunidade Macaúba e adjacências -----	96
4.4 Os efeitos socioambientais da territorialização de empreendimentos mineroquímicos -----	103
5 TERRITÓRIO CAMPONÊS: persistência e resistência da Comunidade Macaúba frente à atividade mineradora -----	116
5.1 O enlace camponês: terra, família, e trabalho -----	116

5.2 A Comunidade em ação: a participação no Movimento Camponês Popular (MCP) e na Associação de Produtores Rurais (APR) -----	127
5.3 A expressão cultural da Comunidade Macaúba: festividades, amizades e lembranças -----	131
5.3.1 <i>O futebol e as cavalgadas: formas de interação e diversão</i> -----	132
5.3.2 <i>Demão e mutirões: trabalho e festança</i> -----	136
5.3.3 <i>Crenças e tradições: as expressões religiosas da Comunidade Macaúba</i> -----	140
5.4 A “reinvenção” da Comunidade Macaúba diante da ação das mineradoras ---	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	151
REFERÊNCIAS -----	154
APÊNDICES -----	163
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os camponeses da Comunidade Macaúba -----	163
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com ex-moradores da Comunidade Macaúba que venderam suas propriedades para as mineradoras -----	165
APÊNDICE C- Roteiro de entrevista com representantes das minerações -----	170
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com minerações -----	171
ANEXOS -----	172
ANEXO A – A Comunidade Macaúba em fotos -----	172

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da agricultura camponesa no Brasil está relacionado ao período colonial quando esta forma de produção e ocupação do território desenvolveu-se paralela a outras formas de apropriação baseadas, na grande propriedade privada. Desde então, a agricultura camponesa tem se desenvolvido na marginalidade do sistema capitalista. No entanto, mesmo sem lhes ser concebida as devidas condições para sua reprodução, esta tem se reinventado em ações cotidianas que articulam experiências, saberes e trocas sociais, que tem lhe permitido continuar a existir através de uma reinvenção diária de suas formas de produção e reprodução.

A luta camponesa é pela permanência na terra, pela preservação da cultura, das identidades, do direito a vida, ao trabalho. A história camponesa pela terra envolve desde a organização em movimentos sociais a manutenção de um modo de vida, de especificidades culturais que lhes são peculiares.

[...] Os camponeses, têm uma história que se confunde com a história de tantos outros trabalhadores que lutam pela permanência em seu território, por direitos a políticas públicas e, concomitantemente, preservam sua cultura, seu jeito de ser e trabalhar além de construir e ou reformular novos modos de vida. (GUIMARÃES, 2010, p. 14).

Os camponeses são trabalhadores que não estão isolados ou desconectados da sociedade em geral. É um grupo social (pequenos produtores, meeiros, posseiros, assentados) com um modo de vida específico marcado pela exploração e expropriação, mas acima de tudo pela luta para se reproduzir.

O campesinato é caracterizado por uma diversidade de estratégias de reprodução, que envolvem questões econômicas, políticas e culturais. Os laços familiares são um forte componente na produção camponesa e em sua cultura, sendo o trabalho familiar predominante sobre o trabalho assalariado. A produção é baseada na variedade, em uma associação entre vegetais e animais, sendo a produção para o auto-consumo podendo ser também destinada a comercialização.

A comunidade, por sua vez, é o lócus da organização camponesa. Para Gorgen (2005, p.1), a comunidade é um elemento central no modo de vida camponês, e destruí - lá pode significar a desestruturação da organização camponesa.

Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas relações sociais do mundo camponês. (GÖRGEN, 2005, p. 1).

A comunidade é o espaço onde as expressões econômicas, políticas, culturais e sociais das famílias camponesas são materializadas. Esses territórios possuem características variadas. A diversidade cultural é outra característica da agricultura camponesa no Brasil não só dentro da comunidade, de um território, como entre territórios. Essa diversidade está vinculada às origens históricas dessas populações, em suas ligações com a cultura indígena, africana, latina, européia.

A comunidade também pode ser compreendida a partir da localidade, da proximidade, da espiritualidade - religiosidade - e do compartilhamento de recursos. Como características das comunidades camponesas destacam-se o parentesco, a reciprocidade e a localidade (SABOURIN, 2009).

Essa diversidade da cultura camponesa se deve também à diversidade das formações naturais, como a vegetação, clima, que influenciam nas estratégias criadas por essas populações para viver (GÖRGEN, 2005). As características dessas comunidades camponesas são resultado das condições materiais de existência e das relações sociais estabelecidas no território.

Assim, quando nos referimos às áreas de Cerrado, estas foram historicamente ocupadas por camponeses. Entretanto, especialmente a partir da década de 1970 com o desenvolvimento de políticas públicas que visavam levar o “desenvolvimento” a essas áreas consideradas como improdutivas e não-desenvolvidas, propagou-se nas áreas de Cerrado as diretrizes da modernização agrícola.

A disseminação da modernização agrícola, baseada na grande propriedade, culminou na desterritorialização de centenas de famílias camponesas. Essas famílias desterritorializadas foram forçadas a migrar para áreas de fronteira na busca de se reproduzir em novos territórios, ou ainda se viram forçadas a ocupar as periferias das cidades, e ainda houve aqueles que se organizaram em movimentos sociais de luta pela terra.

Os postulados da agricultura moderna desconsideram a ocupação histórica das áreas de Cerrado pelo campesinato e introduzem uma nova forma de produzir onde, os principais aspectos que caracterizam esta forma de produzir refere-se ao

[...] uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. (MATOS, 2011, p. 24).

A modernização agrícola ocorre paralela à modernização do território, com a construção de infra-estruturas que viabilizaram a circulação de pessoas, produtos e informações (MENDONÇA, 2004; MATOS, 2011). É nesse contexto que também se expande a política da construção dos grandes empreendimentos, como as hidroelétricas e, em alguns casos como em Catalão (GO), da territorialização de empresas mineradoras.

Assim, a proliferação desses empreendimentos nas áreas de Cerrado e em todo o país é resultado das transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas, onde se visualizam novas significações nas relações estabelecidas entre o território, o poder público e os agentes sociais. Dessa forma,

passam a vigorar mecanismos de planejamento que dificilmente contemplam ou apreendem a dinâmica do território. Nesse sentido privilegiam uma visão essencialmente pragmática, na qual o curto prazo se sobrepõe ao futuro, afastando os rumos entre a previsão e a implantação de sistemas técnicos no território. (RAMALHO, 2006, p. 1).

Os recursos naturais são estimados pelo seu valor de mercado e suas potencialidades exploratórias. A construção de grandes empreendimentos constituídos, principalmente, de capital privado e, por vezes, de outros países é viabilizada. Esses empreendimentos e formas de ocupação da terra acabam por explorar em demasia os recursos naturais, como o solo, a água, o minério em detrimento da natureza, dos efeitos socioambientais causados à sociedade e, principalmente, às comunidades camponesas.

No município de Catalão (GO), onde ainda existem camponeses, estes têm sido alvos de diferentes projetos de cunho industrial desenvolvimentista que tem acarretado na desterritorialização de famílias camponesas, com destaque para as monoculturas, a construção de hidroelétricas e a territorialização e expansão de mineradoras. Entretanto, a expansão desses empreendimentos não tem acarretado na destruição dessa forma histórica de

ocupação do território, o campesinato, porque este, mesmo diante das barreiras impostas à sua reprodução, continua criando e recriando condições para existir.

É na década de 1970 que três empresas mineradoras de capital estatal e privado se territorializam no município de Catalão (GO) para explorar minerais de valoroso interesse comercial, o nióbio e o fosfato. A vinda dessas empresas significou para alguns, sinônimo de crescimento econômico e desenvolvimento para a cidade com a geração de renda e de empregos. Entretanto, foi mais que isso, significando também um acirramento das desigualdades sociais.

A implantação das mineradoras gerou uma série de efeitos negativos sob o meio ambiente, com a destruição de áreas de Cerrado, além de poluir o ambiente que circunda a área de ação da mineradora, o que afeta diretamente as comunidades onde essas empresas se territorializaram, como a Comunidade Macaúba localizada no município de Catalão (GO). Outro efeito que atinge as comunidades refere-se à desterritorialização de famílias camponesas.

A Comunidade Macaúba é ocupada principalmente por famílias camponesas, que há mais de três décadas são afetadas pela territorialização de empresas mineradoras em seu território. As empresas de exploração mineral se territorializaram na Comunidade e nas suas proximidades para explorar as jazidas de fosfato e nióbio presentes na área. Os efeitos das mineradoras na Comunidade são sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Assim, diante da complexidade da relação entre as empresas mineradoras e a Comunidade Macaúba propusemos nessa pesquisa como objetivo geral compreender as transformações socioeconômicas, culturais e ambientais que estão ocorrendo na Comunidade Macaúba em função do processo de territorialização e expansão das indústrias mineradoras.

Delimitados os objetivos da pesquisa, um dos primeiros passos a se realizar no seu desenvolvimento é o de definir alguns conceitos fundamentais que nortearam a construção do quadro teórico da mesma e que possam ajudar a pensar a dinâmica do objeto pesquisado. As categorias território e agricultura camponesa são conceitos bases para a pesquisa. Estes conceitos nos ajudaram conhecer e compreender a Comunidade Macaúba e o movimento do capital e seus efeitos sociais e ambientais.

O desenvolvimento da pesquisa traz para o debate científico um problema social referente às comunidades camponesas que são afetadas pela ação do capital em seu processo de expansão e a importância assenta-se no registro desse processo de mudança. Consideramos necessário o registro das particularidades culturais de comunidades

camponesas como a Comunidade Macaúba, presentes nas formas como seus moradores agem, se organizam, produzem, vivem, enfim, em suas práticas diárias.

O desenvolvimento da pesquisa servirá ainda como referência para outros estudos na academia referentes à geografia agrária. Então, como pensar uma agricultura camponesa, uma forma diferenciada de apropriação da terra, ameaçada pela expropriação para a criação das condições para geração de lucro (?).

A dissertação está estruturada em quatro seções além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção “Caminhos e (des) caminhos da pesquisa: a Comunidade Macaúba como *lócus* da investigação,” delimitamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, entendemos que, diante da importância dos mesmos, era necessário a construção de uma seção que apresentasse quais os procedimentos usados para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda nessa seção, delimitamos a área da pesquisa e trouxemos informações que objetivam caracterizar a área estudada, abrangendo tanto as mineradoras como a Comunidade Macaúba. Explicitamos os caminhos percorridos na pesquisa: como chegamos aos objetivos, o problema que nos intrigou cientificamente, as fontes usadas, as técnicas escolhidas e as formas de usá-las. Procuramos mostrar como foi desenvolvida a pesquisa, as dificuldades e as facilidades encontradas.

Na terceira seção “Agricultura camponesa e território: transformações na Comunidade Macaúba” fizemos uma discussão sobre os conceitos de território e agricultura camponesa, na busca de estabelecer as bases teóricas da pesquisa que permitiram uma leitura da Comunidade Macaúba. Mostramos algumas lutas camponesas ao longo da história brasileira, evidenciando a existência e movimento das populações camponesas e suas lutas mediante a ação do capital. Destacamos também as mudanças na Comunidade Macaúba quando da chegada da atividade mineradora.

Na quarta seção “A territorialização das mineradoras: efeitos sócioambientais e a Comunidade Macaúba” focamos a mineração, analisando o processo de territorialização das mineradoras e suas implicações socioeconômicas, culturais e ambientais na Comunidade Macaúba.

Na quinta seção “Território camponês: persistência e resistência da Comunidade Macaúba frente à atividade mineradora” mostramos as principais características socioculturais, políticas e econômicas da Comunidade Macaúba. Apontamos como essa Comunidade, mesmo sendo atingida pelos efeitos da territorialização das mineradoras, consegue manter-se ativa através de práticas de solidariedade, das formas de produção, das

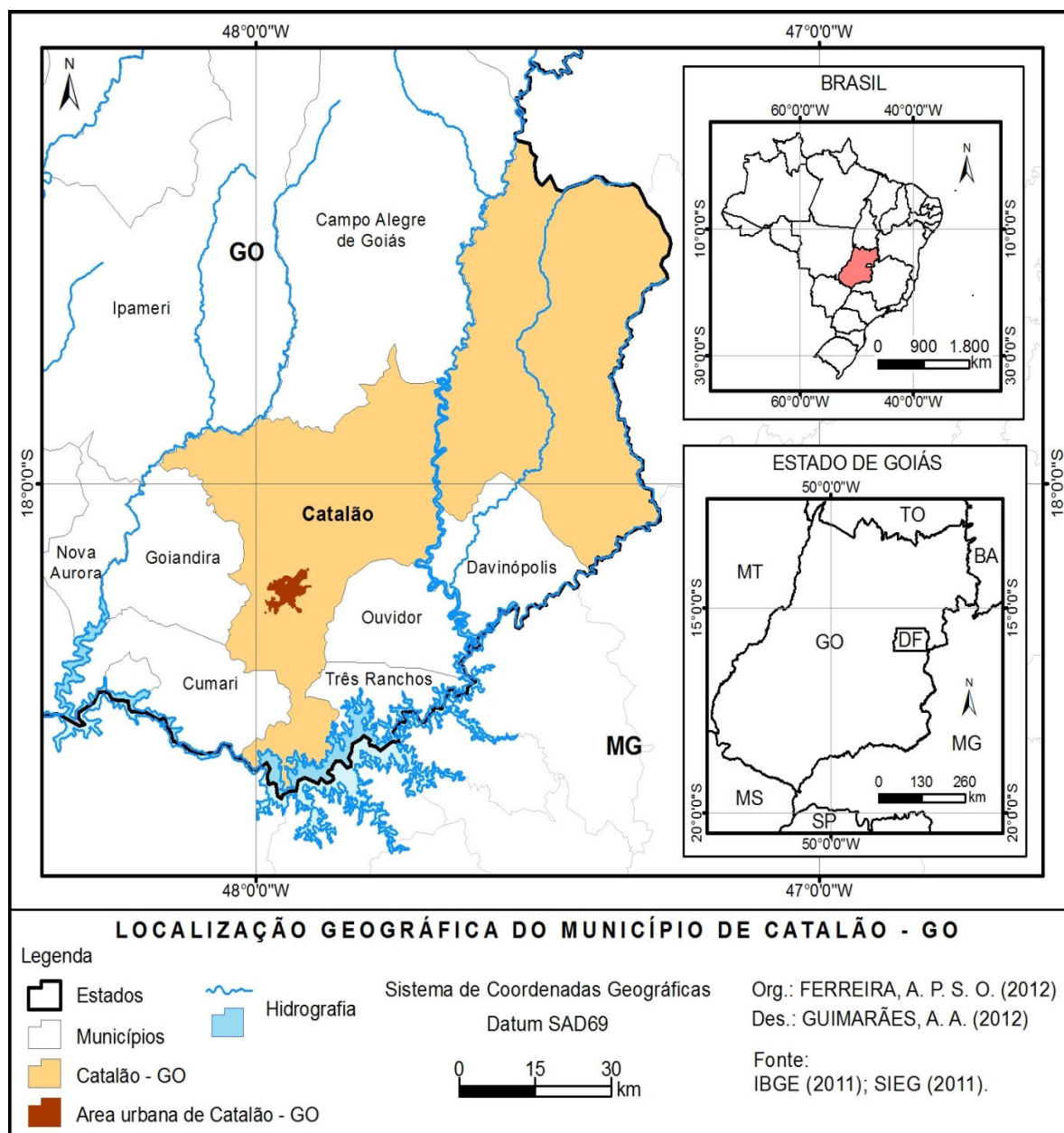
relações entre os membros da Comunidade, da realização de eventos que a mantêm em movimento.

2 CAMINHOS E (DES) CAMINHOS DA PESQUISA: a Comunidade Macaúba como *locus* da investigação

2.1 A Comunidade Macaúba e as mineradoras: conhecendo a área da pesquisa

A área escolhida para estudo é a Comunidade Macaúba, localizada no município de Catalão (GO) (Mapa 1), na região Sudeste do Estado de Goiás, abrangendo uma área de 3.821, 461 km² (IBGE - Censo, 2000).

Mapa 1 - Localização geográfica do município de Catalão (GO)



O município de Catalão possui dois distritos¹, o de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde e três povoados²: Pedra Branca, Olhos D'Água e Cisterna. Limita-se com o Sul/Sudeste do estado de Minas Gerais e faz parte da Microrregião de Catalão da qual fazem parte também os municípios de Ipameri, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera e Corumbaíba.

Segundo o Censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010 a população de Catalão é de 86.597 habitantes, sendo que destes 81.020 foram contabilizados como população urbana e 5.577 foram contabilizados como população rural. A economia catalana está apoiada especialmente na indústria, em serviços e na agropecuária. No que concerne à agropecuária é válido informar que há duas realidades em Catalão, uma a agropecuária altamente moderna (agronegócio) onde há uma produção voltada para o comércio de grande porte, com vias também à exportação. Neste campo destaca a monocultura de soja, milho, café, algodão e a pecuária com gado bovino de corte. Outra realidade é de uma produção em pequena escala, uma agricultura camponesa voltada, em parte, para consumo próprio dos seus produtores e em outra para o abastecimento do comércio local e regional, especialmente frutarias e mercearias, além de feiras locais e regionais. Na pequena propriedade destaca-se o cultivo de feijão, milho, alho, mandioca, hortaliças, além da predominância da pecuária de leite, com gado de raças mistas.

Na área industrial o destaque é para as empresas mineradoras instaladas na área conhecida como Chapadão onde se encontram a Fosfértil (Grupo Vale do Rio Doce), a COPEBRÁS S.A. (Grupo Anglo American South Ltda) e a Mineração Catalão Ltda (Grupo Anglo American South Ltda). Há também o Distrito Minero-Industrial (DIMIC) que conta com duas montadoras, John Deere (Cameco do Brasil), montadora de colheitadeiras de algodão e cana, a Mitsubishi Motors Corporation, montadora de veículos automotores, Agroquímica ADM (fertilizantes), Cerâmica Catalão, Herbert e Hegert Jonhansen (recuperadora de resíduos industriais) e outras. Catalão se apresenta ainda como pólo de confecção com ênfase a produção de moda íntima³.

¹ O distrito é uma subdivisão do município e possui características de área urbana.

² O povoado é constituído por um pequeno aglomeramento de casas na zona rural.

³ Para maiores informações ver: SILVA, Suzana Carvalho da. As confecções de moda íntima em Catalão (GO): crescimento e desenvolvimento 1990 – 2006. In: VII SIMPÓSIO do NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais. Corpo e Cultura, VII., 2006, Catalão. **Anais...** Catalão: UFG/ CAC, 2006.p.1-10.

A descoberta de jazidas minerais (fosfato, nióbio e outros) no município de Catalão ocasionou na vinda das empresas mineroquímicas para a região com o intuito de explorar as riquezas minerais existentes. A instalação destas empresas na região ocorreu única e exclusivamente em função dos minérios, não exigindo para tanto a preexistência no município de mão de obra qualificada ou de uma determinada logística. São raros os lugares em que há ocorrência de minérios e por isso as exigências para a instalação de uma mineradora para com a localidade são menores. Quando da vinda das empresas mineradoras para a região, Catalão já contava com a BR- 050, asfaltada neste período, e com a ferrovia, as quais facilitaram desde o início a escoação do minério explorado e o traslado de equipamentos.

A territorialização das mineradoras no Município de Catalão afeta diretamente a Comunidade Macaúba que está localizada nas proximidades do Domo Ultramáfico de Catalão I⁴ (Mapa 2). A Comunidade Macaúba é uma das 32⁵ comunidades rurais⁶ do município de Catalão e dista aproximadamente 12 km da sede municipal. O acesso à Comunidade se dá pela BR-050 e pela GO-504 que delimitam parte da Comunidade Macaúba, a outra parte é delimitada pela divisa com a mineração COPEBRÁS (Grupo Anglo American) e com a mineração Fosfertil, as quais afetam diretamente a Comunidade, seja por apropriar-se de seu território, seja pelos danos ambientais causados.

Disponível in: http://www.catalao.ufg.br/historia/arquivosSimposios/niesc/VII/Cd_NIESC2006. Acesso em: nov. de 2011.

4

O Domo Ultramáfico de Catalão 1 é também chamado de Mina Chapadão - Chaminé I e Complexo Catalão I. Esta variação no nome do Domo provêm das diferentes formas com que alguns autores que estudaram a área denominaram o Domo.

5

Segundo informações obtidas na Secretaria de Agricultura de Catalão, as Comunidades rurais do município são: Sucupira, Ribeirão, Tambiocô, Matinha, Morro Agudo, Custodia, Coqueiros, Macaúba, São Domingos , Anta Gorda, Paulista, Coruja, Sobradinho, Riacho, Fortaleza, Olaria, Campo Limpo do Veríssimo, Ouvidor da Taquara, Chapada, Ouvidor dos Cláudio, Samambaia, Cruzeiro dos Martírios, Cachoeirinha, Ponte Velha, Posse do Riacho, Fazenda dos Casados, Lourenços, São João da Cruz Fazendinha, Rancho Alegre, Contendas, Pedra Preta, Babilônia.

6

Nesta pesquisa fez se uso do termo Comunidade Rural como referencia à divisão territorial das Comunidades feita pelo Estado.

Conforme é possível visualizar no mapa 2, a Comunidade Macaúba está localizada nas proximidades da área do Domo Ultramáfico de Catalão I, e este fator geográfico influenciou e influenciou diretamente na organização da Comunidade.

A formação da Comunidade está associada à construção do Centro Comunitário por representantes da Igreja Católica em parceria com os moradores. Nesse sentido, Guimarães (2010), ao fazer uma pesquisa na Comunidade Ribeirão – Catalão (GO), constata que a formação e denominação comunidade, surgiram principalmente com a entrada da Igreja Católica no meio rural através da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), as quais se baseavam,

na leitura da bíblia, leitura de materiais específicos dos problemas da Comunidade, com reuniões mensais nas casas dos interessados. Por ocasião do Natal e da Quaresma, eram disponibilizados os “livrinhos” com os temas relativos às datas, de missas mensais e da preparação de um morador da Comunidade para atuar como *ministro da eucaristia*, *ministro da palavra*, ou alguma necessidade da Comunidade, como *ministro do menor*, *do trabalho* etc. (GUIMARÃES, 2010, p. 114, grifos do autor).

Antes da entrada da Igreja Católica no meio rural, as “comunidades” eram, de acordo com Guimarães (2010), denominadas apenas como “fazendas” acompanhadas de seus respectivos nomes. Nessa direção, a Comunidade Macaúba, ganha a denominação de Comunidade quando da construção da primeira Igreja, pelo senhor Dioclécio de Oliveira Silvério, que hoje está com 78 anos.

[...] quem fez a primeira igreja aqui fui eu, a primeira de tudo, depois que feiz o grupo. Nois feiz ali no Zé do Zeca, feiz uma igrejinha piquena, que eu peguei a parte da Arminda ajuntei e ai nois feiz, [...]. Aí depois nois acrescentou ela mais um pouco. Nois comecemos a ter a missa e tinha também os encontro que o padre marcava e nois vinha. Agora hoje acabou tudo porque o povo foi tudo embora, só tem a missa e mais nada. Aqui era tudo chei de gente, mas depois o que qui é, foi mudando tudo, desapropriando acabô tudo. Aqui tinha gente demais, demais da conta. (Informação verbal, agosto de 2011).

Na mesma direção, uma das entrevistadas residente da Comunidade, assim disse:

[...] a primeira a vim pra cá foi a irmã Iolanda, ela começou fazendo reunião chamô os vizim tudo pra reuni lá na igreja velha que tinha, aí foi bom demais muita gente o povo foi tudo né [...]. A igreja era aquela que o Dioclécio feiz, ele saiu pedindo ajuda e aí todo mundo ajudado, uns com

dinheiro, outros com o carro de boi pra puxa madeira e foi assim, [...] Lá tinha a igreja, o grupo, e a escola. Ai depois fez o centro comunitário que tem lá hoje, ai nois tudo foi lá ajuda a construir. Tinha muita gente, todo mundo ia. Quando levantou essa comunidade foi no tempo dos meus meninos pequenos. (Entrevistada 21, agosto de 2011).

A igreja construída pelo senhor Dioclécio de Oliveira Silvério foi feita a partir de uma promessa a Nossa Senhora da Aparecida, onde caso seu pedido fosse atendido iria construir uma igreja, e assim foi feito. No entanto, diante da falta de verba para a construção da igreja ele solicitou a ajuda de seus vizinhos, que se mobilizaram para construir a mesma.

De acordo com Silvério (2007), a Comunidade Macaúba está subdividida em comunidades, o que, se justifica pelo grande número de pessoas que já residiram nesta região em períodos anteriores. Estas subdivisões refletem a maneira com que os camponeses nomeiam seus lugares, são uma forma de facilitar as referências familiares internas. As áreas seriam conhecidas como Córrego Fundo, Posse do Valadão, Vargem Grande, Mata do Meio, Ita-Brava, Chapadão e Samambaia. As áreas afetadas pela ação das mineradoras foram o Córrego Fundo, Chapadão, e Posse do Valadão onde hoje residem poucas famílias.

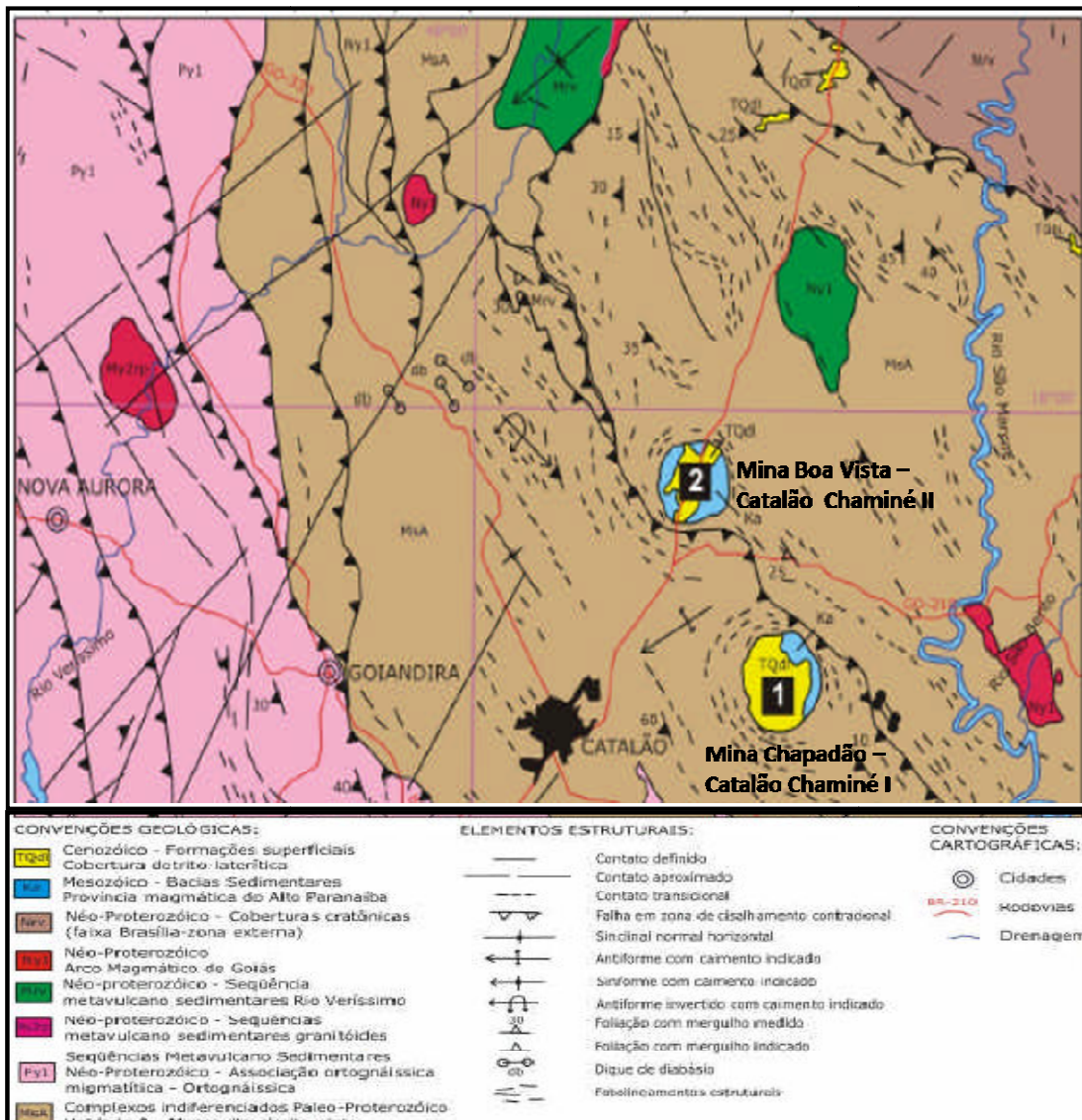
2.2 A mineração COPEBRÁS e a mineração Vale Fertilizantes em Catalão (GO)

Os municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) diferenciam de outros municípios por sua formação geomorfológica, que lhes propiciou uma riqueza de reserva de minérios importantes para a sociedade industrial. Em Catalão há duas minas, Mina Chapadão-Catalão Chaminé I e Mina Boa Vista Catalão Chaminé II (Mapa 3).

O município de Catalão localiza-se em um contexto geológico de

[...] intrusões magmáticas resultantes da pluma de Trindade há 85 milhões de anos, um *hot spot* responsável pelas últimas ocorrências de vulcanismo e plutonismo no Brasil. Da atividade da pluma foi gerado um grande complexo de ocorrências de rochas alcalinas e carbonatíticas do período Cretáceo pertencentes à Província Ígnea do Ito Paranaíba que intruiu rochas Pré-Cambrianas do grupo Araxá. O complexo gerado se estende desde Tapira (MG) até Catalão (GO). Nesta faixa são identificados os Complexos de Tapira, Araxá, Salitre I, Salitre II, Serra Negra, Catalão I e Catalão II. (FALEIRO; LOPES; CARVALHO JÚNIOR, s/d, p. 3).

Mapa 3 - Geologia e localização das minas em Catalão (GO)



Fonte: Mendonça et al., (2005).
Org. FERREIRA, A. P. da S. de O., 2012.

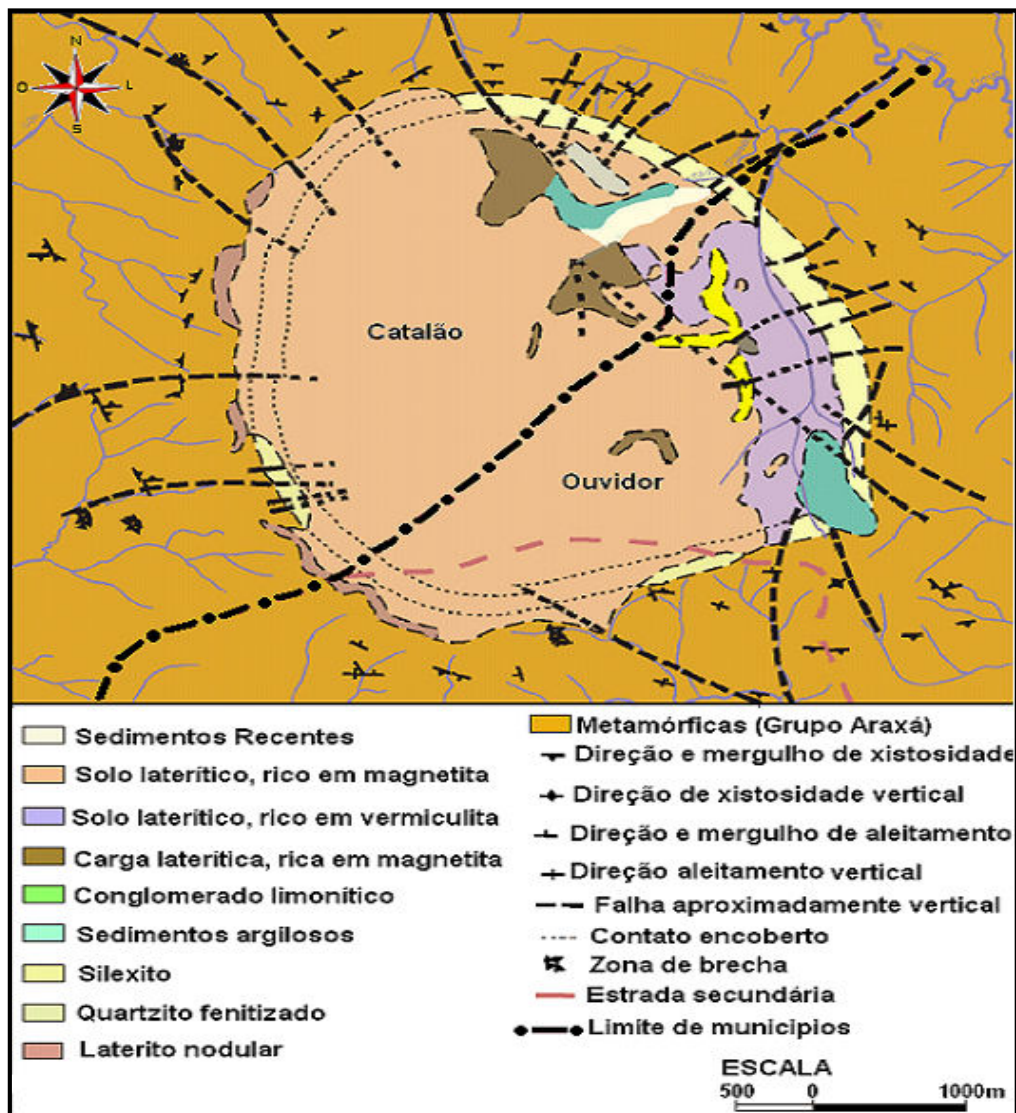
O complexo mineral de maior relevância é o complexo ultramáfico-alcalino-carbonatítico de Catalão I (Mapa 4), que está localizado a 15 km da área urbana de Catalão, sendo sua latitude Sul 18°08' e de Longitude oeste 47°48'.

O complexo está, em parte, na área limite entre os municípios de Catalão e Ouidor⁷ e pertence ao Grupo Araxá. É uma estrutura dômica, com uma superfície semi-circular aproximada de 5,5 a 6,0 km de diâmetro, tendo seu relevo sustentado por um anel de rochas quartzíticas encaixantes fenitizadas (KLEIN, 1996).

⁷

A área do Complexo mineral de Catalão I está em processo de litígio pelas cidades de Catalão e Ouidor.

Mapa 4 – Geologia do Complexo Mineral Catalão/ Ouvidor – Mina Chapadão/ Catalão I

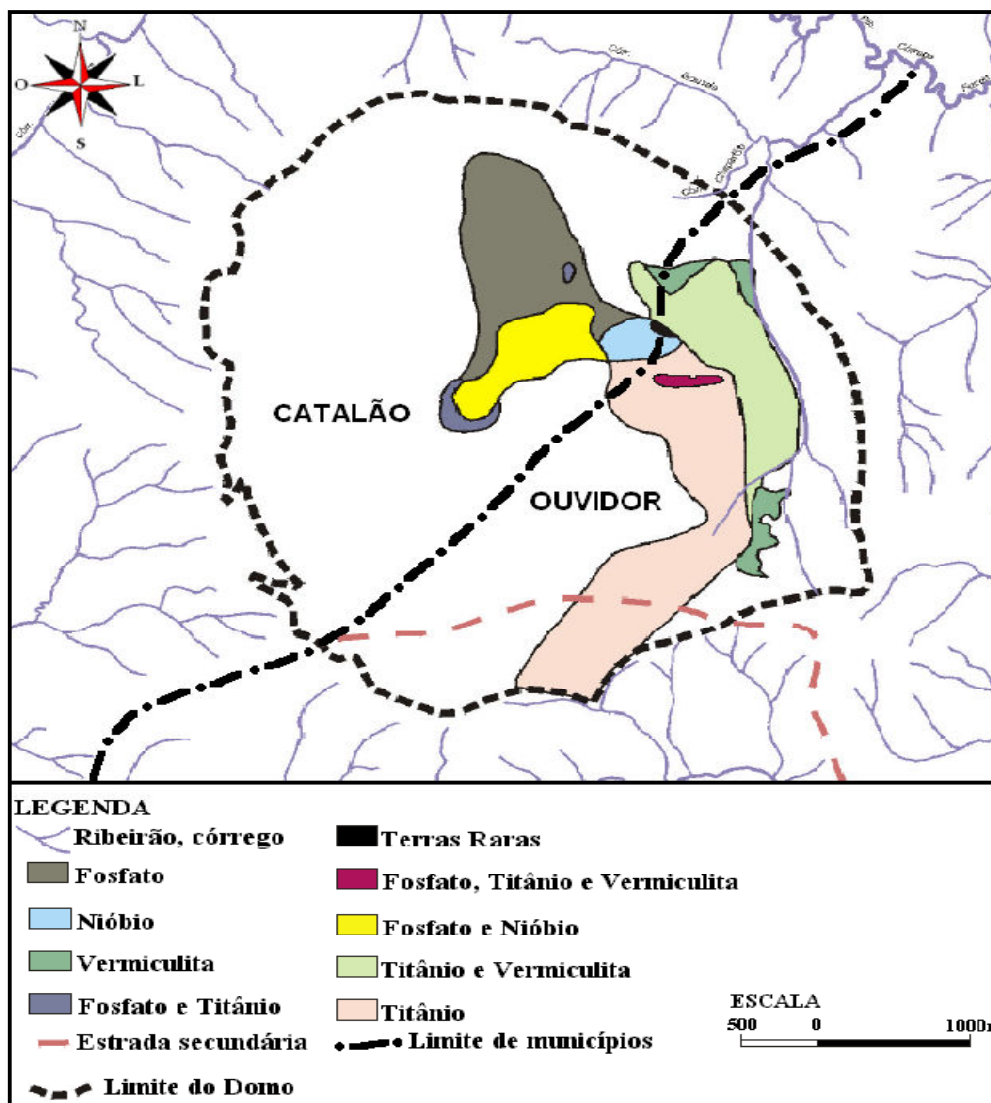


Fonte: LIMA (2003).

O complexo Catalão I é um dos vários complexos alcalino-carbonatíticos mesozoico formado nas bordas da Bacia do Paraná, no Cretáceo Superior. A formação geológica do Complexo Catalão I permitiu a formação de diversos minerais (Mapa 5).

Os mais importantes minérios do Complexo Ultramáfico de Catalão I por seu valor econômico são: a apatita (fosfato), pirocloro (nióbio), titânio, vermiculita e terras raras. Os minérios explorados pelas mineradoras são a apatita (fosfato) mineradora Vale e COPEBRÁS e o pirocloro (nióbio) Mineração Catalão.

Mapa 5 - Minérios do Complexo Mineral Catalão/Ouvidor (GO)



Fonte: LIMA (2003).

Em 1894 o geólogo Eugenio Hussak descobriu os minérios existentes nos Município de Catalão e Ouvidor e fez o relato, a princípio, da existência de jazidas de nióbio na região (LIMA, 2003). Posteriormente, em 1906, com a realização de novas pesquisas foram descobertas as jazidas de fosfato e titânio, conhecido hoje como o Complexo de Catalão I (MENDONÇA et al., 2005). Esta formação geomorfológica trouxe para Catalão três empresas de exploração mineral, Vale Fertilizantes, COPEBRÁS Ltda, e Mineração Catalão.

A Mineração Catalão de Goiás foi iniciada suas atividades de usinagem do nióbio, a partir de junho de 1976.

A empresa extrai minério nióbio das minas I e II que se localizam no Chapadão e da mina III (Boa Vista/ Coqueiros) situada no Domo Catalão

Chaminé II. Os minérios são beneficiados no complexo industrial localizado no Chapadão, entre o município de Catalão e Ovidor. (MENDONÇA et al., 2005, p. 194).

A produção da Mineração Catalão é totalmente exportada para países como Japão, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. A mineração não afeta de forma direta a Comunidade Macaúba e por isso não serão discorridas muitas linhas acerca da mineradora ao longo da presente pesquisa. Focar-se há na ação das mineradoras COPEBRÁS Ltda e Vale Fertilizantes S. A. que afetam diretamente a Comunidade Macaúba em função de suas atividades serem desenvolvidas em áreas próximas a Comunidade ou antes pertencentes a ela.

A Vale Fertilizantes comprou a empresa Fosfértil que surgiu da privatização da Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil). Foi criada pelo governo estadual, com o objetivo de pesquisar, explorar e comercializar a rocha fosfática da jazida do Complexo de Catalão 1, mas sua produção de fosfato em caráter industrial iniciou-se somente a partir de novembro de 1982.

A Goiasfértil surgiu da associação entre a Metais de Goiás S.A. (METAGO), a Petrobrás Fertilizantes (PETROFÉRTIL) e a INSUMOS BÁSICOS S.A. Financiamentos e Participações (FIBASE). A empresa mineradora se consolidou no ano de 1978, assumindo a exploração da rocha fosfática do Complexo de Catalão I (LIMA, 2003).

Em 1992 a Goiasfértil foi privatizada passando a ser contratada pela Fosfértil S.A. que assumiu o controle acionário da mineradora. Em 1995 a Fosfértil incorporou também a Ultrafértil S/A. No ano de 2010 a Fosfértil foi incorporada pela Vale Fertilizantes. Seu produto serve de matéria-prima para as fábricas de fertilizantes do próprio grupo. Sua atividade em Catalão (GO) é voltada para a produção de concentrado fosfático e superfosfático simples, minérios usados na produção de fertilizantes. A Vale é a segunda maior mineradora do mundo com operações, escritórios, explorações espalhados pelos cinco continentes.

A Vale, com sede no Brasil, atua ainda em mais 36 países onde opera carvão (Colômbia, Mongólia, China, Austrália, Moçambique), cobre (Cazaquistão, Brasil, Canadá, Chile, África do Sul, Angola, República Dominicana do Congo, Zâmbia), energia (Canadá e Brasil), fertilizantes (Moçambique, Argentina, Peru, Brasil e Canadá), minério de ferro (Brasil, Omã, Guine), logística (Malásia, Omã, Moçambique, Malauí, Gabão, Libéria, Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia), Manganês e Ferroligas (Brasil, Noruega, França, Gabão), Níquel (Brasil, Canadá, EUA, Indonésia, Nova Caledônia, Reino Unido, Angola, China,

Taiwan, Coréia do Sul, Japão), PGM e Metais preciosos (Canadá e Reino Unido), Siderurgia (Brasil e EUA) (VALE, 2011).

A COPEBRÁS S.A. foi fundada com a razão social de Companhia Petroquímica Brasileira, hoje denominada COPEBRÁS Ltda. Instalou sua unidade industrial em Catalão/ Ouvidor no ano de 1977, com o objetivo de explorar as reservas de rocha fosfática na região.

A implantação da unidade industrial na região foi concluída em 1979, quando a COPEBRÁS firma seu nome na produção de fosfato, sendo denominada de Fosfatos de Goiás S/A (FOSFAGO). No ano de 1983, ocorreu a fusão COPEBRÁS-Fosfago, adicionando à sua linha de produção os fertilizantes fosfatados (Super Simples e FNPA – Fosfato parcialmente acidulado), produzidos nas unidades existentes em Cubatão e na unidade instalada em Catalão, utilizando a matéria-prima originária das jazidas de Catalão/Ouvidor (COPEBRÁS, informação verbal, janeiro de 2012).

A unidade de mineração e beneficiamento da empresa localiza-se no município de Ouvidor (GO) onde a matéria prima é retirada e levada para o Terminal Rodoviaro-Ferrovário de Catalão (GO). Foi no ano de 1985 que a COPEBRÁS passou a fazer parte do Grupo Anglo American, expandindo sua produção neste mesmo ano.

A mina explorada pela mineração COPEBRÁS tem reservas que permitem mais de 40 anos de atividade (COPEBRÁS, 2011a) , considerando-se os níveis atuais de produção. Ao longo de sua história, a COPEBRÁS vem diversificando suas atividades, e desde 2001, através da ampliação denominada Projeto Goiás 1, tem atuado nos seguintes segmentos: produção de fertilizantes fosfatados para a agricultura; produção de fosfato bicálcico para ração animal e; produção de ácidos para indústrias químicas (COPEBRÁS, informação verbal, janeiro de 2012). A maior parte de sua produção final é consumida pelos estados de Goiás e Mato Grosso na produção agrícola.

A COPEBRÁS produz dois tipos de fertilizantes fosfatados: fertilizantes de alta concentração e fertilizantes de baixa concentração, na região, e vende fertilizantes tanto para misturadoras de fertilizantes como diretamente aos agricultores. Além do fosfato, a mina de Ouvidor também contém nióbio, o qual é transferido para a planta de rejeitos e em seguida é fornecido como matéria-prima para a Mineração Catalão, que o transforma em ferronióbio. É uma das maiores fabricantes de fertilizantes fosfatados do Brasil e tem uma capacidade de produção anual de 1,35 milhões de toneladas de concentrado de fosfato, e detém 72% da produção nacional (COPEBRÁS, 2011b).

Os maiores produtores de fosfato do mundo são em primeiro lugar a China com 37,0% da produção mundial seguido do Marrocos e Saara Ocidental e EUA com 14,8% cada um. O Brasil responde por 3,5% da produção mundial de fosfato, sendo explorado em quatro estados, Goiás, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, por três companhias, Vale Fertilizantes, Anglo American/ COPEBRÁS e Galvani, estando as duas primeiras explorando as minas de Catalão (LIMA; NEVES, 2011).

O complexo de Tapira (MG) (Vale) respondeu no ano de 2010 por 33,4% da produção nacional, seguido de Catalão (GO) (Anglo/ COPEBRÁS) com 20,7% da produção, e de Araxá (MG) (Vale), com 19%. Outras participações importantes foram as de Catalão (GO) (Vale), seguidas pelas de Lagamar (MG) e Angico dos Dias (BA/PI) e Irecê (BA), todas da Galvani (MME, 2011a).

No Brasil, o fosfato é predominantemente utilizado na agricultura pelo agronegócio. O uso de fertilizantes fosfatados é feito para aumentar a produção de alimentos como trigo, arroz, milho, soja, palmeira, algodão, cana-de-açúcar, etc. O Centro-Oeste é um dos maiores consumidores de fertilizantes de fosfato do Brasil. “Constata-se que o solo da região, do Bioma Cerrado, requer altas taxas de adubação para que se obtenha colheitas com alta produtividade” (MENDONÇA et al., 2005) e por isso o uso intenso dos fertilizantes na região.

Com a implantação das mineradoras no município de Catalão a partir da década de 1970 o município recebeu inúmeros investimentos privados e públicos, direcionados, por exemplo, em infra-estruturas e equipamentos urbanos o que refletiu diretamente na economia do município (LIMA, 2003).

A vinda das mineradoras para Catalão aumentou a possibilidade de geração de emprego no município, o que fez com que um grande contingente de pessoas migrasse para o mesmo. Com isso, novos bairros surgiram e a área urbana do município cresceu junto com sua população. Essas empresas são ainda responsáveis por parte considerável da renda e dos empregos gerados no município.

Embora a mineração seja uma atividade de relevante importância para a economia do município de Catalão (GO) e para o estado, por gerar divisas, renda e empregos, é importante ressaltar que a sua operação traz também efeitos negativos a sociedade e ao meio ambiente. Cabe perceber que o território ocupado pelas mineradoras era um território pertencente a famílias camponesas que foram forçadas a deixar suas terras e moradas para que as empresas pudessem se instalar e explorar os minérios. Dentre as comunidades afetadas pela territorialização das mineradoras desde a década de 1960 até hoje (2012) encontram-se as

Comunidades Macaúba (município de Catalão), Chapadão (Ouvidor), Taquara (Catalão), Coqueiros (Catalão), Morro Agudo (Catalão) e Mata Preta (Catalão). Optou-se por pesquisar a Comunidade Macaúba, em função desta Comunidade estar junto com a Comunidade Chapadão, a primeira a ser afetada pela ação das mineradoras e, ao contrário da Comunidade Chapadão, não ter sido destruída pela ação dos empreendimentos mineroquímicos.

2.3 A escolha do tema e o problema da pesquisa

O início da caminhada científica é a delimitação de um tema em meio a um amplo campo de possibilidades. Ao propor desenvolver uma pesquisa devemos inicialmente delimitar um tema sobre o qual se queira debruçar, um tema que lhe instigue o desejo de descobrir o novo.

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e conseqüente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver ancorado na estrutura subjetiva, corporal, do desejante. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve ele tornar-se paixão, desejo trabalhado, construído pelo próprio pesquisador. (MARQUES, 2006, p. 94).

Determinar um assunto a partir do qual se queira desenvolver uma pesquisa é sair à procura de algo que lhe desperte interesse, motivação. Pesquisar um tema que lhe gera prazer, gosto, admiração favorece uma dedicação maior a pesquisa.

A escolha adequada do tema da pesquisa é crucial. Nesse sentido, Santos (2007) diz que alguns critérios ajudam na delimitação do tema, primeiramente o gosto pessoal, o preparo técnico e tempo disponível; a importância do tema; e a existência de fontes. Esses três fatores são essenciais na determinação do tema, uma vez que darão à pesquisa uma maior possibilidade de sucesso. Para essa escolha é necessário uma leitura mínima sobre o assunto que lhe chama a atenção. Em um segundo momento, com o tema já delimitado parte-se para uma leitura mais atenta sobre o mesmo na busca de aprofundar os conhecimentos sobre o conteúdo, trata-se de uma leitura exploratória do tema, através da qual serão traçados as linhas gerais do assunto.

Uma vez escolhido o tema a ser pesquisado é chegada a hora de delimitar o problema da pesquisa.

A necessidade de pesquisar, de investigar, só toma forma, concretiza-se, diante do desafio representado por um problema, pois temas apenas anunciam a presença de uma necessidade humana qualquer. A atividade intelectual propriamente dita inicia-se pela percepção e problematização da necessidade. Pode-se dizer que sem problema não há pesquisa. (SANTOS, 2007, p. 73).

Para a formulação de um problema por processos científicos é importante conhecer o assunto a ser pesquisado, buscar na literatura um referencial teórico e estar aberto a discussões com outros pesquisadores da área que tenham experiência e que possam contribuir para a delimitação do problema.

O problema é sempre uma dificuldade, dúvida ou questão a ser solucionada à base de investigação teórica ou prática, experimental ou lógica. [...] o problema é a bússola que orienta o caminho para o investigador atingir a sua meta. (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 2).

O problema surge a partir de uma problematização de algo que permeia a realidade. A delimitação do problema refere-se ao recorte temporal e espacial da pesquisa com vistas a um desenvolvimento da mesma, para tanto se escolhe dentre os vários aspectos de um tema ou realidade o que se deseja conhecer mais a fundo.

Para Gil (2008), o pesquisador ao escolher o problema a ser estudado recebe influência de seu meio cultural, social e econômico. Assim, os grupos, instituições, comunidades com as quais se relaciona influenciam diretamente na sua escolha. A escolha de um problema não surge espontaneamente, mas decorre das vivências do pesquisador na sociedade, seus valores interferem na seleção e no encaminhamento do problema estudado.

Nessa direção, Goldenberg (2000) chama a atenção para que quanto mais clara for para o pesquisador a consciência de sua interferência no objeto de estudo, mais capaz ele será de evitar distorções nos resultados da pesquisa. O pesquisador deve, assim, ter a autoconsciência e reconhecer que seus valores estão impregnados na escolha dos problemas estudados e assim devem ser apontados. Diante dessas considerações teóricas sobre a escolha do tema e do problema da pesquisa exporemos a forma como delimitamos o tema e o problema da pesquisa.

A escolha do tema para o desenvolvimento da dissertação ocorreu gradualmente no decorrer de nossa inserção na pesquisa de iniciação científica. Durante a graduação em geografia na Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão tivemos a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

(PIBIC) no período que compreende meados do ano de 2007 a meados do ano de 2009⁸, quando tivemos a primeira experiência com a pesquisa científica. Nesse momento foi possível aprofundar leituras sobre questões referentes ao campo da geografia agrária, focando as formas de apropriação da terra nas áreas de Cerrado. Buscamos naquela pesquisa compreender o processo de territorialização do Empreendimento Hidroelétrico Serra do Facão e os seus efeitos sobre as populações atingidas.

Além da inserção na iniciação científica, a concretização de algumas disciplinas como geografia agrária, geografia cultural, realizadas durante a graduação juntamente com a participação em debates, vivências e experiências no núcleo de pesquisa “Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais” (GETeM), nos motivaram a aprofundar os estudos sobre Comunidades Rurais. Foi então que em 2009, tivemos a oportunidade de desenvolver o Trabalho Final de Curso (TFC)⁹ dando continuidade à pesquisa anterior.

A finalização da pesquisa do TFC coincidiu com o início do processo seletivo para o Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Geografia na Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Diante de nosso interesse em continuar pesquisando nos inscrevemos para o referido processo seletivo. Naquele momento houve a necessidade de apresentar um projeto de pesquisa e diante da urgência e do pequeno tempo para fazê-lo optamos por escrever um projeto que desse continuidade à pesquisa anterior de forma que pudéssemos ‘aproveitar’ o material disponível. Mas, desde esse momento já havia o interesse de caminhar em outra direção.

O projeto inicial, que possibilitou a aprovação no processo seletivo do mestrado, intitulava-se: “AHE Serra do Facão no Vale do Rio São Marcos: as mudanças sociais e culturais na Comunidade Lagoinha/Pires no município de Catalão (GO)”. O objetivo principal desse projeto era conhecer as transformações sociais e culturais nos modos de vida nas Comunidades Rurais Lagoinha/Pires, a partir da construção do AHE Serra do Facão e as alternativas construídas pelas famílias atingidas. Apesar de termos clareza da atualidade e importância do tema para os estudos geográficos e para a sociedade havia em nós desde então um desejo pessoal de desenvolver uma pesquisa na Comunidade onde residimos e onde meus

8

Projeto intitulado como: “GEOGRAFIA, HIDRELÉTRICAS E TRABALHO NO CERRADO GOIANO: um estudo de caso a partir do AHE Serra do Facão”.

9

O TFC foi Intitulado como: “AS MUDANÇAS SOCIAIS E CULTURAIS NA COMUNIDADE LAGOINHA/PIRES NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): AHE Serra do Facão desestruturando modos de vida” sob a orientação do prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

pais ainda residem. A Comunidade Macaúba é o local onde cresci e tive o meu primeiro contato com a escola, com o aprender a aprender, onde foram estabelecidas as primeiras relações sociais, onde os valores foram sendo construídos. Esta vivência na Comunidade despertou o interesse em registrar a memória desta, as suas particularidades, os seus conflitos.

Feita a escolha por mudar o projeto de pesquisa e estudar a Comunidade Macaúba, surgiu a primeira questão, o que estudar na Comunidade? A princípio pensamos em focar a pesquisa somente nas relações sócio-culturais e econômicas que ocorriam na Comunidade, posteriormente alertamos para o processo de territorialização das empresas mineradoras na Comunidade Macaúba e decidimos estudar esse adentramento das mineradoras na Comunidade e os seus efeitos sobre a mesma. Outro fator que contribuiu nessa escolha refere-se à facilidade de acesso a Comunidade e aos seus moradores. Entendemos que a pesquisa é uma contribuição para a ciência geográfica, no sentido de compreender como ocorrem relações opostas de territorialização de um espaço.

Assim, a partir dessas considerações surgiram as seguintes indagações que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: Qual é a história da Comunidade Macaúba? Como se organiza esta Comunidade? Quais são os principais elementos culturais e socioeconômicos que a caracterizam? Como foi a chegada das mineradoras no município de Catalão? De que forma as mineradoras afetaram e estão afetando a Comunidade? O que mudou e o que permaneceu?

A chegada das mineradoras na Comunidade Macaúba implica em rearranjos espaciais na Comunidade desde os anos de 1970. Famílias camponesas são obrigadas a vender suas terras para que a territorialização das mineradoras se efetivasse. Outras são obrigadas a conviver diariamente com um tráfego intenso de máquinas, veículos, além do barulho, poeira, intensificação do fluxo de animais que ao perderem seu habitat natural são “empurrados” para as proximidades das propriedades. As paisagens sofrem alterações bruscas, áreas de Cerrado semi-conservadas são destruídas, estruturas de concreto são construídas, represas artificiais são formadas. O território, que antes era marcado pela presença de famílias camponesas, com suas lavouras de gêneros alimentícios para auto sustento, é reconfigurado pela territorialização das mineradoras.

Então, como pensarmos a ocupação de um território a partir de duas racionalidades diferentes, em que de um lado objetiva-se a exploração de minerais para a indústria correspondente, e de outro se tem famílias camponesas que buscam na terra os recursos para viverem. Existe, assim, a necessidade humana de conhecer como esse processo de dois interesses divergentes ocorre na realidade da Comunidade e das mineradoras. E para

conseguir respostas a essas indagações da pesquisa necessitamos de informações que instiguem o raciocínio formador do conhecimento.

2.4 O desafio de pesquisar: delimitando o caminho metodológico da pesquisa

Interpretar a realidade eis o desafio de pesquisar. Pesquisar é construir o conhecimento pouco a pouco. Nas palavras de Barros; Lehfeld (2007, p. 81, grifo dos autores),

[...] ‘pesquisar’ significa realizar empreendimentos para descobrir, para conhecer algo. A pesquisa constitui um ato dinâmico de questionamento, indagação e aprofundamento. Consiste na tentativa de desvelamento de determinados objetos. É a busca de uma resposta significativa a uma dúvida ou problema.

O ato de pesquisar perpassa pelo desafio representado por um problema que se deseja conhecer e investigar cientificamente. “O conhecimento obtido pela investigação científica contribuirá para a ampliação do conhecimento já acumulado, bem como para a construção, reformulações e transformação de teorias científicas.” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 82). Através da pesquisa, é possível conhecer algo novo ou até mesmo chegar a um conhecimento até então desconhecido, atingindo uma maior precisão teórica sobre fenômenos ou problemas da realidade.

Fazer uma pesquisa significa aprender a pôr ordem nas próprias ideias. [...] Trabalhando-se bem não existe tema que seja tolo ou pouco importante. A pesquisa deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que servirão por toda a vida. O trabalho de pesquisa deve ser interessante. O que o verdadeiro pesquisador busca é o jogo criativo de aprender a como pensar e olhar cientificamente. (GOLDENBERG, 2000, p. 68).

A pesquisa científica exige do pesquisador criatividade, disciplina e organização para apreender o movimento do real, baseando-se no confronto permanente entre o que se conhece e o que se deseja conhecer. Para Santos (2007, p. 17), a “[...] pesquisa científica pode ser caracterizada como atividade intelectual intencional que visa a responder às necessidades humanas”. Assim, as necessidades humanas básicas são uma mola propulsora para a busca por inovação através da pesquisa visando à melhora no seu estado.

Porém, para que a pesquisa receba a qualificação de ‘científica’, ela deve ser efetivada pela utilização da metodologia científica e de técnicas adequadas para a obtenção de dados relevantes ao conhecimento e à compreensão de dado fenômeno. (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 81).

A curiosidade é uma prática natural do homem que lhe permite se aperfeiçoar e desenvolver conhecimentos levando-a a fazer pesquisa. Para que a pesquisa seja considerada como científica o seu desenvolvimento passa pela escolha de um método e de metodologias que lhe nortearam. Santos (2007) caracteriza a pesquisa científica a partir de três itens: objetivos, fontes, e processos de coleta de dados.

A partir dos objetivos propostos três etapas podem ser delimitadas: exploração, descrição e análise. A etapa de exploração consiste em uma primeira aproximação com o tema, fenômeno ou processo que motiva o estudo, buscando conhecer a real importância do problema, o estágio em que se encontram as discussões sobre o mesmo, as informações obtidas; isso se dá através da consulta nas referências utilizadas.

Após essa primeira ação exploratória, o passo seguinte é fazer uma pesquisa descritiva, por meio de um levantamento das características que compõem o fato, fenômeno ou processo estudado. Para isso são feitos levantamentos ou observações do objeto de estudo. Por fim, tem-se o processo de analisar, explicar o fato, fenômeno ou processo que se estuda, na busca de compreender a realidade, com a identificação de fatores que contribuíram para a sua ocorrência ou a forma como eles ocorreram. Nessa etapa final há um aprofundamento do conhecimento que busca ir além das aparências.

Quanto à caracterização da pesquisa sobre as fontes de dados Santos (2007) diz que “chamam-se *fontes de pesquisa* os lugares e as situações de que se extraem os dados de que se precisa. As fontes de dados são três: *o campo, o laboratório e a bibliografia.*” (SANTOS, 2007, p. 29, grifos do autor), podendo ainda acrescentar a internet. O pesquisador pode fazer uso de todas as fontes de dados ou optar por uma ou outra de acordo com os objetivos da pesquisa.

No que confere à caracterização de pesquisas científicas segundo os procedimentos de coleta de dados, esta é a etapa em que o pesquisador junta as informações necessárias para a construção dos raciocínios em torno do objeto de estudo. A forma de coletar os dados está diretamente ligada ao problema da pesquisa, ao que se quer descobrir. Os procedimentos mais comuns na coleta de dados são a pesquisa bibliográfica, o levantamento, e a pesquisa experimental, os quais serão mais detalhadamente explicados em momento posterior, além da pesquisa na internet.

Goldenberg (2000, p. 13) chama a atenção para o fato de que “nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis.” Ao desenvolver uma pesquisa é impossível prever todas as etapas, uma vez que o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. Sendo assim, torna-se necessário que este tenha uma postura flexível para conduzir o processo da pesquisa. Conforme Triviños (2009, p. 140), ter uma postura flexível

[...] não significa ausência de informação ampla sobre o assunto que estuda, pelo contrário, este conhecimento aprofundado do fenômeno, precisamente, lhe permitirá ampla visão do tópico e movimentação intelectual adequada das circunstâncias que se apresentam.

Ter uma posição flexível no decorrer da pesquisa permite ao pesquisador usar de todo o conhecimento que possui sobre o tema para se adequar as situações que lhe aparecerem e as quais não havia previsto. Ao pesquisar a Comunidade Macaúba procuramos, no decorrer das investigações, assumir essa postura flexível, contrapondo teoria e campo, e a partir das “descobertas” adequando-nos as mesmas e para isso optamos por desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo.

“A *Epistemologia Qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento*, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como *apropriação* linear de uma realidade que se nos apresenta.” (REY, 2005, p. 5, grifos do autor). O enfoque qualitativo busca apreender a realidade a partir de uma construção do conhecimento ao longo da pesquisa, considerando que o conhecimento que o pesquisador tem em relação à realidade é sempre parcial e limitado e está ligado diretamente às suas práticas.

Nas Ciências Sociais a pesquisa qualitativa tem destacada importância, sendo composta de uma série de técnicas e métodos de pesquisa que conferem a ela sua relevância nos estudos da sociedade. Cada fato social tem um sentido próprio, diferente dos demais, o que torna necessário que cada caso seja compreendido em sua singularidade.

Assim, na pesquisa qualitativa busca-se ter uma compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto social em que vivem, na sua ação diária, no seu comportamento perante a sociedade e a natureza quando agrega significado às ações. Nessa perspectiva sujeito e objeto não estão separados.

“Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com a relação de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2000, p. 14). A representatividade dos dados na pesquisa qualitativa está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do

significado do fenômeno estudado em seu contexto e não à sua expressividade numérica. A quantidade é, então, substituída pela intensidade. “Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.” (GOLDENBERG, 2000, p. 49). Os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado, sua essência, tendo como objetivo compreender os indivíduos no seu ambiente.

A pesquisa qualitativa proporciona ao pesquisador uma proximidade com o sujeito da pesquisa através do contato direto com o mesmo na coleta de dados. O bom andamento da pesquisa qualitativa está diretamente ligado a “[...] biografia do pesquisador, das opções teóricas, do contexto mais amplo e das imprevisíveis situações que ocorrem no dia-a-dia da pesquisa.”(GOLDENBERG, 2000, p. 55). Diante disso, torna-se necessário delimitar os caminhos metodológicos da pesquisa. Esta delimitação é um desafio para o pesquisador, uma vez que, o “caminho” escolhido norteará todo o desenvolvimento da pesquisa.

Ao escolher os procedimentos para a pesquisa, o pesquisador imprime suas visões de mundo na mesma. “Denominam-se *procedimentos (ou metodologia)* as atividades práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final.” (SANTOS, 2007, p. 88, grifos do autor). Nessa etapa ocorre a delimitação dos dados referentes à coleta de dados que se fará na pesquisa.

Os levantamentos dos meios de obtenção dos dados são uma escolha do pesquisador para responder aos objetivos próprios da pesquisa, tendo cada procedimento uma especificidade a ser aproveitada. “Coletar dados é juntar as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos.” (SANTOS, 2007, p. 102). Nessa pesquisa optamos pelos seguintes procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica e na internet, pesquisa documental, e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é um pré-requisito necessário à realização de uma investigação e pode ser definida “como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto.” (LUDWIG, 2009, p. 51). O primeiro passo para a realização de uma revisão bibliográfica é fazer um levantamento das principais obras, autores e contribuições sobre o tema pesquisado.

Um levantamento bibliográfico é indispensável para a construção de um objeto de pesquisa. Através da pesquisa bibliográfica é possível adquirir conhecimentos a partir do emprego de informações advindas de diferentes materiais gráficos ou digitais de

outros estudiosos que se debruçaram sobre o tema e assim conhecer posições e percepções diferenciadas que podem apontar direções que dêem embasamento para a pesquisa.

A teoria refere-se a um rol de informações que busca explicar uma dada realidade. O pesquisador ao desenvolver uma pesquisa deve considerar o conjunto de teorias sobre o tema estudado, fazendo um levantamento bibliográfico. No entanto, deve se ter a clareza de que o aporte teórico nem sempre explica determinadas realidades, sendo possível a criar novas teorias a partir realidades diferenciadas.

Na presente pesquisa o levantamento bibliográfico foi o primeiro passo para caminharmos no desenvolvimento da pesquisa. Fizemos um levantamento sobre agricultura camponesa (MARTINS, 1983 1986, 1990; SHANIN, 2005; OLIVEIRA, 1986, 1991, 1999, 2001; PAULINO, 2006; SABOURIN, 2009), território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2009; SAQUET, 2003, 2010, 2011; ANDRADE, 2004), e cultura (BRANDÃO, 2007; CLAVAL, 1999a, 1999b.; WOORTMANN, 1990; CANDIDO, 1979), na busca de elementos que pudessem subsidiar a pesquisa, auxiliando na compreensão de como se organizam econômica, política e culturalmente comunidades camponesas para assim compreender a Comunidade Macaúba. Buscamos também obras de autores como Zhouiri (2005, 2010); Acseirald (2010); Agra Filho (2010); Barreto (2001); Calaes (2006); Carneiro (2005); Farias (2002); Enríquez, Fernandes (2011), Lima; Neves (2011); Lima (2003); Monteiro (2005); Pinto; Magalhães (2008); Rothaman (2010); Sevá Filho (2010) que têm pesquisado sobre grandes empreendimentos especialmente de empresas mineradoras e os seus efeitos sobre o ambiente e a sociedade, buscando compreender a lógica dos mesmos.

A partir do levantamento bibliográfico passamos à revisão teórica entendendo que esta tem como “[...] objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo.”(LUNA, 2005, p. 83). A revisão foi e está sendo feita a partir da consulta em livros, artigos de periódicos, revistas especializadas, documentos, monografias, dissertações teses e *sites* fazendo uso de fontes primárias e secundárias.

Dessa forma, os livros consultados referem-se às áreas de Geografia Agrária, território, agricultura camponesa e mineração, os quais contribuíram para a discussão da temática. Na busca de uma análise interdisciplinar recorreremos também à consulta em obras de pesquisadores das áreas da História, Antropologia, Etnologia, Sociologia e Geologia que fizeram discussões pertinentes acerca da temática estudada.

Os artigos de periódicos, revistas especializadas utilizados foram, principalmente, os da área geográfica como as revistas: Espaço em Revista, Campo e Território, GeoUsp,

NERA e DATALUTA¹⁰. Recorremos também a trabalhos (monografia, dissertações e teses) que exploram a realidade local especialmente as que tratam sobre agricultura camponesa, comunidades rurais e mineração como Klein (1996), Mesquita (1993), Lima (2003), Mendonça (2004), Mendes (2005 e 2008), Venâncio (2008), Guimarães (2010), Medeiros (2008), Matos (2005), Silvério (2007), Paula (2007).

Em outro momento, buscamos na pesquisa documental um aparato para a busca de informações relevantes para a pesquisa. A pesquisa documental foi feita através da consulta em fontes oficiais de informações como no Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), na Secretaria de Agricultura de Catalão (GO).

No IBGE analisamos documentos que constam informações dos Censos Demográficos, populacionais e agropecuários do município de Catalão. Na SEPLAN, analisaram-se as pesquisas e estatísticas de Goiás e do município de Catalão. Na Secretaria de Agricultura de Catalão buscamos informações referentes às comunidades rurais do município. O intuito da pesquisa nesses órgãos foi adquirir informações que poderiam contribuir para a caracterização do município de Catalão (GO).

A pesquisa de campo é, a nosso ver, uma das etapas mais complexas da pesquisa, uma vez que o pesquisador entra em contato direto com o objeto pesquisado, com os sujeitos da pesquisa e a partir deste contato busca apreender a realidade ou parte dela. Várias são as formas de se fazer campo, as técnicas usadas, os procedimentos e diante da sua complexidade consideramos importante dedicar o tópico seguinte para sua compreensão.

2.5 A ida a campo: na busca de desvendar a Comunidade Macaúba

No desenvolvimento de uma pesquisa científica o trabalho de campo é uma etapa essencial onde o pesquisador tem a oportunidade de estar em contato com seu objeto de estudo. Nas palavras de Marconi e Lakatos (2007, p. 83),

pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se

10

O DATALUTA consiste em um projeto que visa a constituição de um banco de dados referente à luta pela terra no Brasil. O DATALUTA é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Assim, a pesquisa de campo contempla a observação de fatos e fenômenos em sua ocorrência, e ainda o levantamento de dados e informações sobre estes, fazendo-se o registro de informações que contribuam para a sua interpretação. O trabalho de campo tem sido uma orientação de parte das pesquisas nas Ciências Sociais.

O trabalho de campo constitui etapa primordial em uma pesquisa. Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.53) destacam que “desde os primórdios da geografia os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos.” O trabalho de campo é um momento da pesquisa em que se tem a oportunidade de confrontar a teoria com a realidade.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57).

Nesse sentido, trabalho de campo não é somente empiria, deve-se articular trabalho de campo e teoria para assim compreender a dinâmica do espaço geográfico. Marconi e Lakatos (2007) defendem que em primeiro lugar antes de uma “ida a campo” é preciso fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, mostrando o estado em que se encontra atualmente o problema, o que já foi realizado sobre o mesmo. Esta pesquisa permitirá a construção do referencial teórico que auxiliará na determinação das variáveis da pesquisa.

“Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos.” (MARAFON, p. 388). Por meio de técnicas como observação, entrevistas, dentre outras, o pesquisador busca apreender a realidade podendo vir a refutar ou confirmar seu aparato teórico.

Para a realização do campo o pesquisador deve delimitar as técnicas a serem usadas na realização da coleta de dados assim como a forma de registro dos dados coletados e ainda a forma como estes serão analisados. Na pesquisa optamos pelo uso da entrevista, da história oral, do registro iconográfico e do diário de campo por acreditar que essas técnicas de trabalho poderiam contribuir para alcançar os objetivos propostos.

A entrevista é um importante instrumento de trabalho de pesquisadores de áreas sociais, tendo como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado sobre

algum assunto ou problema. “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92).

A entrevista só se efetiva a partir do diálogo entre duas ou mais pessoas, onde a fala do(s) entrevistado(s) é a fonte de informação. Portanto, o entrevistado é o dono do conhecimento que se deseja obter. A realização de entrevistas passa por todo um processo de planejamento para sua efetivação, “entendendo o planejamento como um processo e não um simples ato de perguntar e transcrever respostas, uma vez que estabelecer relação pessoal com seu entrevistado é o único caminho para o sucesso dessa técnica.” (ALMEIDA; FERREIRA, 2009, p. 80). E este engloba desde a escolha dos sujeitos a serem entrevistados, a análise dos dados coletados.

A realização de entrevistas como fonte de coleta de dados na pesquisa apresenta seus prós e contras. No que concerne às vantagens estas referem-se à possibilidade de coletar informações de pessoas analfabetas ou alfabetizadas; as pessoas tem certa motivação para falar; a entrevista permite uma maior flexibilidade ao fazer a pergunta, podendo mudá-la caso não esteja sendo compreendida, ou repeti-la podendo garantir assim a resposta desejada; pode-se ainda observar o que diz o entrevistado e como diz, os seus gestos, emoções; é possível estabelecer uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador, o que propicia o surgimento de outros dados (GIL, 2008; GOLDENBERG, 2000; MARCONI; LAKATOS, 2007).

No que diz respeito às desvantagens da entrevista, algumas questões são levantadas: pode haver dificuldades de expressão e comunicação do entrevistador e do entrevistado; incompreensão por parte do entrevistado do que lhe foi questionado o que poderá levar a uma falsa interpretação; o entrevistador acaba por afetar o entrevistado com gestos, atitudes, tom de voz; o pesquisador corre ainda o risco de perder a objetividade tornando-se amigo do entrevistado; o entrevistado pode reter algumas informações temendo que sua identidade seja revelada; a entrevista demanda muito tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador e do pesquisado; a comparação de respostas é difícil; o pesquisador fica na dependência do pesquisado, se quer ou não falar, que informação deseja dar e o que quer ocultar (GIL, 2008; GOLDENBERG, 2000; MARCONI; LAKATOS, 2007).

Há três tipos de entrevista, a estruturada, a semi-estruturada e a não estruturada. Diante dos objetivos da pesquisa escolhemos fazer uso da entrevista semi-estruturada por acreditar que esta atende de forma mais completa os objetivos da pesquisa em

desenvolvimento. Sobre a entrevista semi-estruturada Triviños (2009, p. 146, grifos do autor) diz que

podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada oferece perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade necessária para um diálogo proveitoso que enriqueça a investigação. As perguntas que compõem a entrevista são provenientes de uma reflexão teórica e de informações preliminares do fenômeno estudado. A duração da entrevista é flexível e depende das circunstâncias que a envolvem.

Como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem-sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança. [...] é muito importante não se criar antagonismo ou suspeita nas primeiras abordagens. As atitudes e opiniões do pesquisador não podem aparecer em primeiro plano. Ele deve tentar ser o mais neutro possível, não sugerindo respostas. (GOLDENBERG, 2000, p. 90).

As ações do pesquisador influenciam sobremaneira o entrevistado. Diante disso cabe a este buscar formas de minimizar sua interferência na entrevista, e isso pode ser alcançado através de uma abordagem cordial, de uma não interferência e de uma não discordância das respostas do entrevistado. O sujeito da pesquisa deve sentir confiança no pesquisador para falar. Uma etapa crucial na entrevista é a abordagem do sujeito, a forma como ela ocorre pode determinar o sucesso ou o fracasso da entrevista.

O começo da entrevista estará marcado por incertezas originadas tanto no espírito do informante como do pesquisador. Este se perguntará se alcançará os propósitos levantados em seu estudo com as respostas do entrevistado. este não tem ainda clareza sobre o tópico, nem confiança sobre as intenções da pessoa com a qual conversa. [...] se expressão alguns conceitos, ficam, entretanto, no espírito das pessoas muitos outros que não se dizem, e que talvez se desejam comunicar, mas não existe ainda a confiança para manifestá-los. (TRIVIÑOS, p. 2009, p. 149).

Assim, o investigador, ao mesmo tempo em que se ajuda, deve apoiar o informante, para que esse se sinta confortável para com a entrevista e o entrevistador. O

sujeito da pesquisa deve se sentir útil e ser conhecedor da sua importância para a mesma. Estabelecer uma relação de confiança entre pesquisador e sujeito da pesquisa é fator essencial para o bom desenvolvimento da mesma, uma vez que, assim, há uma possibilidade maior que o entrevistado forneça as informações de que o entrevistador necessita. E para que isso ocorra faz-se necessário esclarecer ao entrevistado qual é a finalidade da pesquisa, seu objeto, a relevância e a importância da entrevista.

O registro das entrevistas é parte essencial do processo. O pesquisador pode optar por anotar o que é dito simultaneamente à realização da entrevista, pode ainda deixar para fazer as anotações após a entrevista por achar que assim não atrapalhará o desenvolvimento da entrevista.

Ao anotar a entrevista corremos o risco de distorcer os fatos por isso há ainda uma terceira opção e que acreditamos que é a melhor, onde as entrevistas são gravadas. Nas entrevistas realizadas preferimos recorrer à gravação das mesmas desde que autorizadas pelo entrevistado, por acreditar que dessa forma estaríamos livres para estabelecer uma entrevista dinâmica e ainda a gravação permitiu-nos contar com todo o material fornecido pelo sujeito, sem acometermos de distorcer as informações fornecidas.

Apesar da transcrição das entrevistas ter sido uma etapa cansativa acreditamos que o trabalho foi compensado pela riqueza das informações obtidas. As entrevistas foram transcritas preservando a fala do entrevistado. A orientação foi com base em Whitacker (2002, p.116):

é evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve se respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição [...] Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los.

No que concerne aos nomes dos entrevistados, optamos por não revelá-los, identificando-os como entrevistado 1, entrevistado 2, de forma sequencial.

Para enriquecer a análise das entrevistas, além da gravação optamos por anotar informações gerais sobre atitudes ou comportamentos do entrevistado após o fim da mesma. Esta estratégia contribuiu mais ainda para os esclarecimentos da pesquisa. A inibição diante de um gravador a princípio é um empecilho para a realização da entrevista. Entretanto, acredita-se como Triviños (2009) que o entrevistado consiga lidar bem com o mesmo após um

pequeno período de adaptação. Após a realização das entrevistas tivemos pela frente a análise dos dados coletados. Sobre a coleta dos dados,

[...] deve-se analisar comparativamente as diferentes respostas, as ideias novas que aparecem, o que confirma e o que rejeita as hipóteses iniciais, o que estes dados levam a pensar de maneira mais ampla. Este momento exige muito tempo de reflexão e dedicação para se tirar o máximo de ideias de cada resposta conseguida. (GOLDENBERG, 2000, p. 95).

Foi nesta direção que buscamos analisar as entrevistas realizadas. Para tanto, buscamos comparar as respostas, observar o que se teve em comum, o que se diferenciou, quais foram os elementos fornecidos pelos entrevistados que nos ajudaram a compreender a Comunidade Macaúba e o processo de territorialização das mineradoras.

Para a realização das entrevistas fizemos visitas às famílias residentes na Comunidade, bem como a famílias que já residiram na mesma e que deixaram a Comunidade. Para estas visitas, elaboramos roteiros, abordando questões concernentes à temática. Sendo coletadas informações factuais (gênero, idade, estado civil, série escolar, onde trabalha, renda, religião e outros) e opinativas (crenças, suposições, valores) através de entrevistas com moradores e ex-moradores da Comunidade. As entrevistas foram gravadas quando autorizadas. Após a realização das mesmas fizemos a transcrição, análise e interpretação dos relatos.

As entrevistas foram realizadas com um membro de cada família da Comunidade Macaúba, residente ou não, desde que exercesse alguma atividade na mesma. No que concerne aos moradores da Comunidade, proprietários ou não, obtivemos uma amostragem de 100%, com a realização de 37 entrevistas. Já na realização das entrevistas com membros de famílias proprietárias e não residentes obtivemos uma porcentagem de 80% com a realização de 12 entrevistas. Essas entrevistas foram feitas nos meses de julho, agosto e setembro de 2011. Para a realização das idas a campo na Comunidade Macaúba, a hospedagem foi na casa da família (meus pais) que reside na fazenda.

As visitas às famílias da Comunidade foram feitas na companhia de meus pais ou de apenas um deles. Saíamos a pé quando o local a ser visitado era próximo ou de carro quando distante para a realização do campo. Para essas visitas, nos muníamos de câmera fotográfica, gravador de voz, diário de campo e caneta. Fizemos uso da observação fazendo o registro no diário de campo, fotografando elementos que consideramos importantes para a pesquisa e as entrevistas foram gravadas.

Para entrevistar membros das famílias proprietárias e não residentes na Comunidade fomos às suas propriedades nos finais de semana, ou ainda em suas residências na área urbana de Catalão. O fato de sermos um membro da Comunidade não despertou desconfianças por parte dos entrevistados, que se mostraram seguros em nosso diálogo.

O objetivo principal da realização das entrevistas com moradores e proprietários da Comunidade foi o de conhecer a cultura dessas famílias, e identificar as relações sociais, econômicas, políticas, como as pessoas vivem, o que fazem, as estratégias de sobrevivência estabelecidas na Comunidade, bem como as possíveis transformações ocorridas e ocorrentes na mesma.

Para a realização das entrevistas com ex-moradores da Comunidade que se mudaram em função da territorialização das mineradoras, encontramos certa dificuldade para localizá-los e conhecer o número exato de famílias que foram desterritorializadas, uma vez, que não conseguimos obter esta informação através das empresas mineradoras.

A maior dificuldade foi localizar aquelas famílias que deixaram a Comunidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990, uma vez que não conhecíamos seus destinos. Então, recorreremos à memória de moradores e ex-moradores da Comunidade Macaúba, buscando traçar quem eram e quantos eram os moradores da Comunidade no referido período. A partir da localização de uma família que se mudou neste período, perguntávamos quem eram as outras famílias que um dia residiram na Comunidade Macaúba e também na Comunidade Chapadão (município de Ovidor) e onde elas estavam residindo atualmente (2011). Apesar de focarmos a pesquisa na Comunidade Macaúba, ao fazermos a pesquisa de campo, percebemos que não poderíamos “ignorar” as famílias que residiam na Comunidade Chapadão que foi destruída pela territorialização das mineradoras. A Comunidade Chapadão se confundia territorialmente com a Comunidade Macaúba, havia uma interlocução entre essas Comunidades e seus moradores. Nesse sentido, uma parte da Comunidade Macaúba se denominava como chapadão, como já informado nas divisões internas da Comunidade.

Para encontrar as famílias que deixaram a Comunidade Macaúba, ou mesmo a Comunidade Chapadão, fomos às Comunidades São Domingos, Coqueiros, e Paraíso no município de Ovidor, à feira realizada todos os domingos em Catalão, além de vários bairros da área urbana, onde encontramos a maior parte dos nossos entrevistados.

As entrevistas para com esses sujeitos foram diferenciadas, alguns destes se mostraram muito a vontade para contar-nos sua história, pareciam despreocupados com o tempo e desejosos de longos minutos de conversa. Outros, porém, mostraram certo receio para conosco, pareciam um pouco desconfiados, mas à medida que íamos conversando logo

percebíamos em sua fala e gestos uma tranquilidade. Nessas entrevistas tivemos que lidar com memórias, às vezes, muito vivas ainda, outras, desgastadas pelo tempo, lembranças, emoções, o que as tornaram mais densas para nós, no sentido de como nos portar diante de lágrimas, silêncios, de memórias e lembranças que se misturavam com o presente.

No que concerne aos ex-moradores da Comunidade que deixaram a mesma no período de 2000 a 2011, não encontramos dificuldades em localizá-los, quantificá-los e entrevistá-los uma vez que o número é pequeno, o período recente e conhecemos todos. Ao entrevistarmos os ex-moradores da Comunidade, buscamos compreender dentre outras coisas: as relações de produção presentes na Comunidade, como ocorreu o processo de saída da Comunidade, como foi realizada a negociação da venda das terras para as empresas mineradoras, qual o preço pago na época pelas terras, qual o destino deste dinheiro, e onde foram morar e como estão hoje (2011). Essas indagações motivam a entrevista para com estes ex-moradores da Comunidade. Foram entrevistadas 20 ex-moradores da Comunidade Macaúba e da Comunidade Chapadão.

A proposta era realizar entrevistas com um representante da Mineração Vale Fertilizantes e um representante da mineração COPEBRÁS (Grupo Anglo-American). Fizemos contato com funcionários das duas mineradoras, no entanto, obtivemos sucesso apenas na mineração COPEBRÁS. A entrevista foi feita no mês de janeiro de 2012, no complexo industrial da referida mineradora. Para a realização da entrevista, primeiramente, conversamos com representantes da empresa, mostramos o objetivo da pesquisa e a importância da entrevista. A empresa, por meio de seu representante, solicitou o envio prévio do roteiro de entrevista. Posteriormente, recebendo o aceite, nos dirigimos até o complexo industrial da mineração COPEBRÁS onde fomos recepcionados e atendidos por funcionários da empresa. A entrevista foi realizada com a senhora Valmira Cardoso de Oliveira, coordenadora de SGI, Segurança e Meio Ambiente, a qual se dispôs a responder todas as perguntas e fornecer as informações por nós requeridas.

No que concerne à Vale Fertilizantes entramos em contato com representantes da empresa por meio de e-mails, os quais não foram respondidos e por telefone, sem no entanto obter sucesso. Assim, as informações que obtivemos sobre a empresa advêm de outras pesquisas realizadas na mesma, ou de sites eletrônicos.

Outro recurso para a coleta de informações na pesquisa foi história oral, usada especialmente por historiadores e antropólogos em seus estudos. Decidimos por seu uso por entendermos que nos possibilitaria conhecer a história da Comunidade Macaúba, a sua

cultura, seus aspectos culturais, sócio-econômicos e políticos e ainda como se deu o processo inicial de territorialização das mineradoras na região.

A história oral possibilita um diálogo mais aberto entre entrevistador e entrevistado, e para sua realização deve-se considerar que o sujeito faz parte de um todo, ele participa de redes sociais que implicam em suas ações. Os aspectos sociais e culturais são refletidos pela fala e ações do sujeito. Para a realização da história oral faz-se necessário toda uma preparação, uma reflexão. Essa preparação acontece através do respeito ao entrevistado e de sua valorização enquanto ser e da valorização dos seus conhecimentos.

Assim, a história oral “possibilita o registro de coisas que se fixaram na memória das pessoas, reinterpretando o passado e/ ou revelando fatos desconhecidos.” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 140). A história oral investiga os fatos e acontecimentos recorrendo à memória de pessoas mais velhas da Comunidade, que tenham conhecimento sobre a mesma e/ ou sobre algum fato específico e que possam contá-lo. “Na história oral, os mundos vividos são revelados pelas palavras. Apreendemos com a palavra que nos é passada pela voz do outro, com a história do outro, com a vida do outro (OLIVEIRA; BRANDÃO, 2009, p. 236).

Na realização da história oral há uma preocupação em compreender determinada sociedade/comunidade, através do levantamento de fontes pessoais, de informações do passado que são desconhecidas para o pesquisador, mas que foram vivenciadas pelo indivíduo e/ou sobre o qual ele tem conhecimento, recorrendo-se para tanto à memória do outro.

As águas da memória são como as águas de um rio, que encontram outras muitas águas pelo caminho e seguem juntas, entre muitas curvas e desvios, com suas cenas e cenários, rumo ao infinito. Na memória, é a linha do horizonte que fecha o território. (OLIVEIRA; BRANDÃO, 2009, p. 248).

A memória é seletiva, e ao recordamos de lembranças passadas acabamos por intercalá-las ao presente. Isso ocorre porque o tempo muda e as percepções, ideias e valores dos indivíduos também. Ao fazer uso da história oral deve-se estar atento a cada detalhe expresso em todo o encontro com o sujeito desde o cumprimento à despedida, observando as falas, as entonações da voz, os gestos, os olhares, o silêncio, o dito e o não dito.

Para o desenvolvimento da história oral na presente pesquisa, dialogamos com três sujeitos, uma senhora de 78 anos, que reside na Comunidade há 57 anos. Um senhor de 77 anos, que reside na Comunidade desde o nascimento. E o outro senhor de 78 anos que

também reside na Comunidade desde seu nascimento. Foram escolhidos estes sujeitos por serem os moradores mais antigos da Comunidade. Ao realizarmos a história oral com os mesmos buscamos conhecer, mais a fundo a história da Comunidade, suas particularidades sociais, culturais e econômicas. Como surgiu a Comunidade? Qual é a sua história? Como a Comunidade se organizava nas festas, no trabalho? Quais eram as crenças, os valores, as histórias e estórias? Como ocorreu o processo de territorialização das empresas mineradoras na região? O que mudou após a chegada das mineradoras? Estes diálogos foram realizados nos meses de junho e agosto. Fizemos duas visitas a cada um destes sujeitos.

Em todas as entrevistas feitas, notamos certas semelhanças nas atitudes dos entrevistados no decorrer de nossa estada em suas residências. Em todas as casas fomos muito bem recepcionados. Ao chegarmos à suas residências os entrevistados deixaram de imediato, seus afazeres e nos recepcionaram na porta de suas casas nos conduzindo para a cozinha, ou a área da casa onde fomos acomodados.

Após conversas casuais sobre elementos cotidianos da vida, informamos aos entrevistados o motivo da visita, explicamos o objetivo da pesquisa e apontamos a importância de entrevistá-los. Com o consentimento dos mesmos passamos a realização da entrevista. A princípio, todos se mostraram apreensivos sobre a possibilidade de não saber responder as perguntas que iríamos fazer, mas após iniciada as entrevistas percebemos a tranquilidade em suas feições diante de perguntas que eram de seu total domínio, pois estavam relacionadas ao seu viver.

Feita esta primeira explicação, pedimos a autorização dos entrevistados para gravar a entrevista, autorização que foi concedida de imediato. No início da entrevista notamos certa curiosidade dos entrevistados para com o aparelho gravador MP4, com o qual era feita a gravação. Esta curiosidade se expressou nos olhares e no leve toque no aparelho. Após a realização das entrevistas, estes se apressaram a fazer um café, servido com biscoito, bolo e doce. Ao deixarmos a casa éramos acompanhados até a porta de frente, e enquanto distanciávamos da residência ainda avistávamos aquele que nos recebeu a nos olhar até perdermos de vista.

Além das entrevistas, fizemos uso do diário de campo, considerando-se que no campo tudo deve ser anotado e descrito cuidadosamente. Assim, fizemos anotações sobre a Comunidade Macaúba e a sua dinâmica. “Esse é o momento em que eu vejo as coisas acontecendo e anoto. Eu tenho uma caderneta de campo e atento a esses acontecimentos, eu anoto.” (BRANDÃO, 2007, p. 14). Dessa forma, fizemos uso da observação direta e a partir

dela, as anotações que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Venâncio e Pessoa (2009, p. 319) ressaltam a importância do diário de campo dizendo que

por mais que os gravadores, as câmeras fotográficas, os questionários e os roteiros de entrevistas sejam técnicas indispensáveis, não conseguem registrar as emoções momentâneas, tanto por parte do pesquisador quanto por parte dos entrevistados, nem tampouco conseguem registrar a nossa percepção da paisagem e a organização dos espaços de vivência dos moradores. É, pois, essa a importância de o pesquisador ter sempre em mãos um diário para fazer esses registros.

O diário de campo permite que façamos um registro do convívio com os sujeitos da pesquisa, possibilitando conhecer um pouco mais a vida desses sujeitos, em seus aspectos culturais, sócio-econômico e político. “[...] O diário de campo é mais que um simples registro de fatos, ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade.” (MARAFFON, 2009, p. 389). Esta técnica possibilita ao pesquisador o registro das impressões, das emoções, do cotidiano dos sujeitos, e ao diário podemos sempre recorrer para lembrar e analisar informações importantes para a pesquisa. Destacando ainda a importância do diário de campo, Lima (2002) compreende

[...] a confecção dos diários de campo como uma forma de narrar as experiências vividas no trabalho de campo e como instrumento indispensável para que possamos aprofundar nossos olhares sobre a realidade do espaço social. (LIMA, 2002, p. 143).

O diário de campo é um instrumento pessoal do pesquisador que lhe auxilia na coleta de dados na pesquisa de campo e fornece mecanismos para que o pesquisador expresse suas preocupações que nortearam o bom desenvolvimento da pesquisa de forma livre e espontânea. Para Lima (2002), espontaneidade é uma marca essencial na confecção do diário de campo, pois ela permite que os fatos sejam narrados com mais originalidade e emoção, possibilita assim, um encontro entre os objetivos da pesquisa e a subjetividade do pesquisador.

No diário de campo é possível fazer anotações, desenhos, esquemas de acordo com a preferência do autor. Na pesquisa escolhemos fazer anotações e esquemas sobre a Comunidade Macaúba, buscando apreender a realidade existente na Comunidade, as relações sócio-econômicas, culturais e políticas nela estabelecidas. Organizamos o diário de campo, registrando a data, o local onde estivemos, a distância que percorremos, as pessoas

com quem falamos e um resumo do que foi falado. Estas informações foram de grande valia para a pesquisa, uma vez que permitiram um relembrar dos momentos e fatos vivenciados.

Nas idas a campo outro aparato que sempre nos acompanhou foi a máquina fotográfica. Além das anotações no diário de campo fizemos o registro em fotografias como uma forma de registro visual. Em estudo realizado na área urbana do município de Araraquara (SP), Costa (1998) destaca a importância do documento visual para conhecer fragmentos do passado, e aponta fotógrafos colecionadores que recolheram dados da cidade, fazendo o registro de ações cotidianas através de fotografias, junto as quais encontram-se também anotações que complementam as informações visuais. Esse conjunto de informações tem permitido aos pesquisadores um olhar ao passado, na busca de compreender a evolução da paisagem urbana na referida cidade. Este é um exemplo do uso da imagem como fonte documental para desenvolvimento de pesquisa.

O registro fotográfico é um valioso material de suporte de nossa memória e deve ser cuidadosamente guardado, no entanto, “mesmo sob condições ideais de conservação, os cuidados para prolongar a vida da fotografia apenas retardam o processo de deterioração. Multiplicar a imagem, provavelmente, é a forma mais eficaz de sua preservação.” (COSTA, 1998, p. 77). O autor refere-se às fotografias impressas, as quais, quando não devidamente protegidas ou em vistas da ação do tempo, poderiam vir a se perder.

Na atualidade, o aprimoramento da técnica fotográfica permite que as fotografias sejam armazenadas digitalmente e quando desejadas impressas, possibilitando assim, uma vida longa às mesmas. Mas deve-se estar atento a armazenagem das mesmas; para não perdê-las é recomendável que estas sejam gravadas em locais diferentes. Na pesquisa tivemos esse cuidado com o registro fotográfico da Comunidade Macaúba.

As fotografias mais antigas são um estimado documento de análise de uma dada realidade, uma vez que permitem ao pesquisador conhecer partes do passado. Na presente pesquisa, ao visitarmos as famílias mais antigas da Comunidade, pedimos para olhar seus acervos fotográficos para que tivéssemos a possibilidade de conhecer outro tempo da Comunidade Macaúba. Ao olhar as fotografias pedimos que nos falassem sobre elas, sobre o tempo em que foram tiradas, permitindo-nos uma contextualização das mesmas via fonte oral.

Outra experiência de pesquisa feita com acervos fotográficos destacada por Animonda e Ferguson (1999) refere-se ao projeto “Travessia de imagens (um projeto de documentação visual sobre o mundo rural)”, no qual são feitas e recuperadas imagens do Vale do Paraíba fluminense, na busca de construir um centro de referência de fontes visuais para a pesquisa sobre o mundo rural. Os autores ressaltam a importância da exploração da dimensão

visual para compreender as transformações sociais e econômicas, as representações e valores, a organização do espaço e dos processos de trabalho. As imagens fotográficas são valiosas fontes para a pesquisa científica, podendo revelar ao pesquisador informações diversificadas sobre um espaço e sua sociedade.

Ao fotografar determinado evento, fenômeno, objeto, o pesquisador deve estar atento a fatores como a luminosidade, a posição e a distância que influenciaram na qualidade da fotografia (JUSTIANO, 2005). É ideal que seja realizada concomitantemente ao registro fotografar anotações sobre as imagens colhidas em campo. Essas anotações referem-se à data, hora, tempo, lugar, circunstância e algum outro comentário explicativo sobre a fotografia. Esses registros permitem que em momento posterior o pesquisador faça uma análise dos eventos ocorridos.

Na presente pesquisa pedimos autorização para fotografar as pessoas e ações delas, e quando devidamente autorizadas foi realizado o registro da imagem. “Deixar-se fotografar não é um ato qualquer: é dar algo de si.” (L’ESTOILE; SIGAUD, 2006, p. 22). Quando alguém permite ser fotografado ele está dando ao pesquisador a sua imagem, e esta doação implica em um ato de confiança. Ao fazer uma discussão sobre o uso do vídeo, filme e das fotografias como documentos de pesquisa, Loizos (2008, p.137) afirma que a imagem “oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais”.

A imagem desempenha importante papel no registro da vida social, política e econômica da sociedade. “Mas estes registros não estão isentos de problemas, ou acima de manipulação, e eles não são nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de ações passadas.” (LOIZOS, 2008, p.138). As imagens são, assim, representações da realidade e estão sujeitas a manipulação e distorções por quem as produz ou reproduz.

A interpretação da imagem, de uma fotografia, por exemplo, varia de um indivíduo para outro. As percepções acerca de uma mesma fotografia são diferenciadas e os sentidos que são dados a ela também, isso ocorre em função das vivências de cada indivíduo que vão influenciar na sua forma de compreender as coisas. “A informação pode estar na fotografia, mas nem todos estão preparados para percebê-la em sua plenitude.” (LOIZOS, 2008, p.138). Ao interpretarmos uma fotografia de cunho social temos que contextualizar a mesma, buscando conhecer em que tempo histórico foi tirada, em que lugar, o que se queria mostrar.

De acordo com Loizos (2008) há quatro formas de se tirar uma fotografia, primeiro é possível tirar fotografias informais, onde o sujeito é pego de surpresa pelo

fotógrafo. Um segundo tipo refere-se às fotografias em que o sujeito tem conhecimento da fotografia e se posiciona da forma que considera mais adequada. Em um terceiro tipo, o fotógrafo posiciona os sujeitos da forma que considera mais apropriada com o consentimento dos sujeitos. E por último pode ocorrer um acordo entre fotógrafo e sujeitos para se tirar a fotografia.

Ao tirarmos as fotografias para a presente pesquisa fizemos uso de todas essas formas para registro. De acordo com a ocasião usamos uma forma de fotografar, sempre com a permissão dos sujeitos fotografados, no caso de usarmos a forma informal para o registro, após ser tirada informávamos ao sujeito e pedíamos sua permissão para uso da fotografia e caso não fosse concedida apagamos a imagem de imediato.

As idas a campo foram beneficiadas por ser um membro da Comunidade estudada. Esse pertencimento à Comunidade facilitou a participação em eventos festivos, religiosos, reuniões e/ ou de trabalhos de ajuda mútua que ocorreram na Comunidade no período da pesquisa. Como um membro da Comunidade não houve estranhamento por parte dos moradores em nossa presença no meio deles, e nem no registro fotográfico das atividades por eles realizadas. Alguns quando tomaram conhecimento do desenvolvimento da pesquisa contribuíram para a mesma dando informações sobre alguma atividade a ser realizada na Comunidade que poderia interessar a pesquisa.

Ao comparecer nestes eventos buscamos sempre olhar para estes acontecimentos com um olhar diferenciado, como se fosse a primeira vez em que estivéssemos estando em contato com os mesmos. Essa posição foi tomada para que assim houvesse a possibilidade de evitar ou diminuir o negligenciamento de algum aspecto importante para a pesquisa em função de nossa vivência na mesma. No entanto, encontramos aí a maior dificuldade: como olhar para eventos que para nós são comuns em função de termos crescido participando dos mesmos com um olhar novo, percebendo as particularidades, os detalhes, as essências sem negligenciar ou supervalorizar algum ato.

Dentre as atividades das quais participamos na Comunidade encontram-se eventos religiosos católicos, como celebrações, terços, procissões, festas religiosas como aquelas em homenagem a São João, a São Pedro e Santo Antônio, as tradicionais festas juninas. Participamos também de momentos de lazer, como o futebol e de reuniões, além de

11
momentos de trabalho de ajuda mútua, como mutirões e demão . Eventos que serão detalhados na quinta seção do presente trabalho.

Discorrido o caminho metodológico que conduziu a pesquisa, será apresentado na seção três uma discussão sobre território e agricultura camponesa e os embates entre a atividade mineradora e a Comunidade visando, através desta discussão, trazer elementos que contribuam para a compreensão das transformações ocorridas na Comunidade Macaúba.

11

Demão: envolve um número menor de lavradores, às vezes, somente um que, sensibilizado com a sobrecarga de trabalho de um vizinho, disponibiliza a ajudá-lo na execução de suas atividades. (FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re) tratos discursivos dos sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 95).

3 AGRICULTURA CAMPONESA E TERRITÓRIO: transformações na Comunidade

Macaúba

3.1 Agricultura camponesa e produção do território

Para compreender a dinâmica da agricultura camponesa em suas diferentes expressões, a discussão sobre território torna-se um importante instrumento de análise. Sobre o território entende-se que a sua compreensão perpassa antes pela compreensão do espaço geográfico percebido neste como uma totalidade. Para Santos (1999), o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos, conjunto de forças produtivas, e sistemas de ações, conjunto das relações sociais, que interagem levando a dinâmica do espaço e transformando a natureza em um sistema de objetos. Nesse sentido, Moreira (2001, p. 3) diz que

[...] ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. [...] o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Para tanto, o espaço é a base para a formação do território. É nele que são estabelecidas ações realizadas pelos indivíduos e pelas classes sociais que, se apropriando socialmente de um espaço o produzem e reproduzem, desenvolvendo no mesmo uma série de relações de poder. Andrade (2004, p.19) chama a atenção para que não se confunda o conceito de território com o conceito de espaço ou lugar, estando esse primeiro,

[...] muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 2004, p.19).

Dessa forma, o território é percebido a partir das relações de poder, de domínio e de gestão nele estabelecidas por diferentes segmentos, como o Estado e as empresas transnacionais que se apropriam de territórios controlando instalações e explorando áreas diversas. Assim, é possível compreendermos a ação das empresas mineradoras no

município de Catalão que ao se territorializarem na região, fazendo uso do poder, trouxeram efeitos negativos para as famílias camponesas.

A compreensão do espaço associado à construção do território, as relações de poder, sob perspectivas diferenciadas, é defendida por autores como Saquet (2003; 2010; 2011), Haesbaert (2009), Andrade (2004) e Raffestin (1993).

Haesbaert (2009) traz uma abordagem múltipla e integrada do território como sendo econômica, política e cultural. Pontua o conceito de território a partir do conceito de espaço produzido pelas relações socioespaciais, concretas e simbólicas, pelo trabalho humano, entremeado por símbolos e representações. O autor considera que as relações de força e de poder estão na base da efetivação do território, são elas que condicionam e constroem o território através das relações sociais. Este processo de construção do território envolve dominação no âmbito político-econômico e apropriação no âmbito simbólico-cultural do espaço. Assim, Haesbaert (2009) defende a necessidade de compreender o território a partir

[...] da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, [...]. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2009, p. 79, grifos do autor).

Nessa concepção, o território é entendido como um híbrido entre as diferentes instâncias do espaço, em sua via social, econômica, política e cultural. Assim, Haesbaert (2009) considera o território como sendo multidimensional e multiescalar, se referindo a uma relação política e econômica onde este é delimitado, controlado e através do qual se exerce um determinado poder. O território pode ser também simbólico-cultural, sendo “[...] o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (HAESBAERT, 2009, p. 40). Neste aspecto, é possível compreender a Comunidade Macaúba, onde é estabelecido no território um valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade. Assim, podemos interpretar o território como múltiplo, diverso, subjetivo e complexo.

Em outra abordagem teórica, Saquet (2010; 2011) busca fazer uma abordagem relacional, processual e (i)material do território, centrada na relação espaço-tempo, numa compreensão do espaço como socialmente construído e regulado pela

manifestação do poder que é exercido cotidianamente nas diferentes instâncias da sociedade, como na família, na igreja, na empresa, na associação, nas instituições, na nação. “O poder significa relações, ações, fatos, dominação, influência, sempre com raízes sociais.” (SAQUET, 2011, p. 19), e estando logo, a formação do território ligada às relações sociais (econômicas, políticas, e culturais), históricas de dominação e apropriação do espaço.

O território é pensado a partir da reprodução da relação sociedade-natureza, onde a sua produção está ligada espaço-temporalmente ao exercício do poder de um grupo ou classe social. O território é construído e produzido ao mesmo tempo,

[...] por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. (SAQUET, 2003, p. 17).

A apropriação do território envolve processos sociais de territorialização que podem ser semelhantes (apresentando traços comuns) ou diferentes (apresentando desigualdades) nos mesmos ou em distintos momentos e lugares.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *idéia e matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2010, p. 24, grifos do autor).

Cada sociedade produz seu território de uma forma que condiz com suas práticas, “normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas.” (SAQUET, 2010, p. 24). O território se efetiva na relação entre os indivíduos numa interação plural e multiforme, de reciprocidade e unidade significando territorialidades, conflitos e contradições, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças, ritmos diferenciados, os quais são produzidos pelo exercício do poder por grupos e/ ou classes sociais (SAQUET, 2011, 2010, 2003). O território é, portanto, resultado da produção e apropriação do espaço, é nele que se materializam modos de vida, territorialidades e temporalidades.

Nessa perspectiva, Saquet (2010) considera como elementos base do território, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade em uma constante relação, resultado da pluralidade de sujeitos e de suas relações entre si, com os outros e com o lugar. O território é “multiescalar e multitemporal; processual-

relacional; identidade/ unidade e movimento.” (SAQUET, 2010, p. 163), devendo ser compreendido a partir das desigualdades e diferenças territoriais, das recriações e permanências dos arranjos territoriais.

Raffestin (1993) faz uma análise relacional do território compreendendo-o como um produto histórico do espaço transformado pelas relações de trabalho. É, assim, resultado da ação de atores que ao se apropriarem do espaço nas suas práticas e relações cotidianas revelam relações de poder. Para o referido autor,

o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

Assim, o território se configura a partir do espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado onde se materializam relações econômicas, políticas e simbólico-culturais, portanto relações sociais, relações de poder e dominação. Essas relações são multidimensionais e estão em movimento, significando materialidade e imaterialidade (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, o autor entende que o território é constituído de malhas, nós e redes reveladas pelas relações sociais, de poder e pelas atividades cotidianas. O território é compreendido como resultado do processo histórico de transformação do espaço econômica e politicamente.

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 5).

A disputa territorial é um processo de enfrentamento permanente no capitalismo. Os territórios são disputados por variados grupos com interesses distintos, destaque-se neste os territórios capitalistas e os do campesinato em constante luta pelo domínio do território. “Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios.” (FERNANDES, 2008, p. 17). A conflitualidade é própria do processo de desenvolvimento do capitalismo.

O *território* deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifos do autor).

Dessa forma, são as relações sociais, as lutas de classe em seu movimento dialético, contraditório que configuram o território. “O território é dinâmico e adquire feições próprias em virtude da multiplicidade de variáveis amalgamadas no permanente movimento da realidade.” (PAULINO, 2006, p. 38). É nessa perspectiva de movimento, de conflitualidade, de transformação que se trabalha neste as discussões sobre o território do camponato.

Ao longo da história brasileira surgiram diferentes palavras para designar o camponês, destaque para “caipira”, “caiçara”, “caboclo”, “colono”, “rústico” “roceiro” e “tabaréu”. Essas palavras tinham duplo sentido algumas vezes fazendo referência ao homem do campo, como o fez Candido (1979) na obra “Parceiros do Rio Bonito”, ao usar o termo “rústico” que foi empregado para “[...] exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo [...]” (CANDIDO, 1979, p. 21). Candido (1979) usou também os termos “caboclo” e “caipira”, onde

[...] o termo *caboclo* é utilizado, [...] designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um domo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo radical) [...].(CANDIDO, 1979, p. 22, grifos do autor).

Os termos usados para designar o camponês por vezes assumiram também um caráter depreciativo (MARTINS, 1986). Andrade (2004) diz que havia uma ideia estereotipada e generalizada

[...] entre a população urbana, de que o homem do campo era grosseiro, sujo, mal-educado, ingênuo, e usar para com eles certos termos, de forma pejorativa, como o de *matuto* no Nordeste ou o de *caipira* em São Paulo. Também quando o camponês, nos estados do Sul do Brasil, era de origem luso-brasileira, chamavam-no de *pêlo duro*. O *pêlo duro* se contrapunha ao alemão, ao italiano, ao polaco etc. (ANDRADE, 2004, p. 73, grifos do autor).

Havia, portanto, uma depreciação da imagem do homem do campo que não condizia com a realidade. Outra categoria que assume ao longo do tempo diferentes nomes é a de “latifundiário” que refere-se aos grandes proprietários de terra, os ruralistas. Essa palavra surge substituindo palavras como “estancieiros”, “fazendeiros”, “senhores de engenho”, e “seringalistas” (MARTINS, 1986). As palavras “camponês” e “latifundiário”

são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. (MARTINS, 1986, p. 22).

Dessa forma, a palavra “camponês” designa o seu lugar social na estrutura da sociedade, na sua luta permanente. Antes, os desígnios dados ao camponês referiam-se a esse como aquele que está excluído da sociedade, que fica a margem, aquele que representa perigo e que é desnecessário (MARTINS, 1986). Há, portanto, uma exclusão ideológica, política e econômica do camponês na história do país, seus atos, manifestações apesar de sua relevância são desconhecidos da grande maioria da população.

O debate sobre o conceito de campesinato não é recente, este é feito por estudiosos de áreas como sociologia, antropologia, economia e por geógrafos. O conceito de campesinato

possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo. (MARQUES, 2008, p. 58).

Pensar o conceito de campesinato perpassa pela compreensão da realidade agrária em suas dimensões sócio-político e cultural. As interpretações são diversificadas, conforme as considerações de Fabrini (2004):

aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Recentemente, foi interpretado como um *agricultor familiar*. (FABRINI, 2004, p. 117, grifos do autor).

Dentre as interpretações da realidade no campo frente à expansão do capitalismo, encontram-se diferentes interpretações que discutem sobre o destino dos territórios camponeses, prevendo desde seu total desaparecimento (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1980), como a existência de uma agricultura familiar (LAMARCHE, 1993, 1998; Abramovay, 1992), ou ainda a criação e recriação do campesinato em meio a relações capitalistas de produção (SHANIN, 2005; OLIVEIRA, 1986, 1999; MARTINS, 1986; MENDONÇA, 2004; MESQUITA, 1993; PAULINO, 2006).

Kautsky (1986) e Lênin (1980) são autores que prognosticaram o fim do campesinato em virtude do desenvolvimento das relações de produção capitalista na agricultura. Para Lênin (1980) esse processo se daria através da proletarização, expropriação dos camponeses ou ainda pela diferenciação interna do campesinato em que haveria camponeses pobres e camponeses ricos, essa diferenciação ocorreria com a modernização do campo via introdução de máquinas e insumos modernos na produção. Os camponeses ricos seriam os pequenos capitalistas rurais e os camponeses pobres se proletarizariam tornando se, portanto, trabalhadores assalariados. Não haveria assim, lugar para a pequena produção na sociedade capitalista.

Kautsky (1986) defende a superioridade técnica da grande propriedade, em contraposição à pequena que representava atraso econômico e social sendo o único caminho para esta, a proletarização. Na sociedade capitalista, o campesinato não teria lugar, uma vez que à medida que o capitalismo se desenvolvesse no campo, haveria a produção de duas classes antagônicas o proletariado e a burguesia, estando o campesinato de fora. Por outro lado, Kautsky (1986) propõe que a partir da implantação do socialismo, instalem-se cooperativas, que transformariam o camponês em um determinado tipo de proletariado. Assim, para este autor, o campesinato não teria lugar na sociedade.

Em um campo de ideias oposto a Kautsky e Lênin, Chayanov (1974), defendeu a tese de que o campesinato permaneceria em meio às relações capitalistas. No entanto, não descarta a possibilidade, embora remota, de que o campesinato viesse, em longo prazo, desaparecer. Para Chayanov (1974), o campesinato tem como elemento essencial a sua caracterização a partir do núcleo familiar; a produção nos estabelecimentos camponeses é regulada pelas necessidades de sobrevivência dos membros da família estando o lucro ausente.

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que

atribuamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción. Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan íntegramente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

A produção camponesa embora esteja integrada aos mercados capitalistas tem como base para a produção a família e o trabalho familiar, não sendo o trabalho assalariado a base de sua organização. Conforme Chayanov (1974), a produção é feita com vistas para suprir as necessidades de consumo e sobrevivência do grupo familiar e não para acúmulo. A expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores e nas suas necessidades. Assim, o tamanho da família tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção camponesa.

Em outra abordagem, Abramovay (1992) defende a existência de uma agricultura familiar, que diferencia-se de uma agricultura camponesa pela sua maior inserção em ambiente capitalista. A agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, tecnificada, e os agricultores são capazes de responder as políticas públicas, o que não ocorre na agricultura camponesa. Logo a agricultura familiar não pode ser explicada a partir de uma herança camponesa (ABROMOVAY, 1992).

Lamarque (1993), por sua vez, compreende o campesinato como um dos tipos de exploração familiar. Para o autor exploração familiar é “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família.” (LAMARCHE, p.15, 1993). Nessa mesma direção, Wanderley (1996) diz que o campesinato seria um modo particular de agricultura familiar com especificidades na forma de produzir e de viver em sociedade. Para a autora,

a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação [...] entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Nessa perspectiva, o campesinato é uma forma de exploração familiar, mas “[...] nem todas as explorações familiares são camponesas.” (LAMARCHE, p.16, 1993). A agricultura familiar caracteriza-se por apresentar estruturas de produção mais modernas, com uma integração maior à economia de mercado e com alta produtividade. Este forma de agricultura surge, de acordo com Lamarche (1998), a partir da evolução do modelo camponês, que sairia “de sua autarcia e integrar-se mais efetivamente na economia de mercado pela introdução ou pelo desenvolvimento de produções comercializadas [...]”. (LAMARCHE, 1998, p. 83).

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar, diante das transformações mais gerais ocorridas mundialmente como a valorização da cidade e da cultura urbana, da centralidade do mercado e a globalização da economia, fez com que os agricultores familiares tentassem se adaptar a esse novo contexto de reprodução, transformando-se em um agente da agricultura moderna, gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado. Ainda de acordo com Wanderley (2001), parte desses “novos personagens” seria uma continuidade de outros tipos tradicionais como os camponeses.

A agricultura familiar busca maximizar o lucro através de uma inserção do agricultor ao mercado não deixando, no entanto, de direcionar parte da produção com vistas ao consumo familiar. Este se apresenta como sendo importante e necessário para a agricultura, uma vez que são capazes de se adaptar as mudanças do mercado. Os camponeses seriam incapazes de assimilar as mudanças do mercado tornando-se sinônimos de atraso, resquício do feudalismo, apresentando pouca produtividade e importância, estando fadado ao fim (LAMARCHE, 1993, 1998).

Wanderley (1996), por sua vez, acredita que o campesinato perdeu parte de sua significação e importância. No entanto, continua a se reproduzir integrado ao mundo moderno, concomitantemente a outras formas de agricultura familiar, não camponesas, “são aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral [...] tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna.” (WANDERLEY, 1996, p. 8). Dessa forma, para a autora a agricultura camponesa continua a se reproduzir, sendo que o mesmo ocorre com outras formas de agricultura familiar.

As teses de Kautsky (1986) e Lênin (1980) não se confirmaram conforme postulam as pesquisas de autores como Oliveira (1999), Martins (1986), Shanin (2005), Mendonça (2004), Mesquita (1993), Paulino (2006) que apontam para a existência e resistência do campesinato em meio às contradições do modo de produção capitalista.

Estes autores renegam também a tese da existência de uma agricultura familiar em contraposição a uma agricultura camponesa postulada por autores como Lamarche (1993, 1998), Abramovay (1992), Venâncio (2008) e Mendes (2005) por acreditarem que nesta perspectiva a luta pela terra é pouco reconhecida ou discutida, negando-se os conflitos no campo, os movimentos por reforma agrária, os acampamentos e assentamentos de camponeses que lutam para entrar ou para permanecer na terra. Para estes autores, não há um processo de linearidade no desenvolvimento do capitalismo no campo, o que ocasiona na expulsão apenas de parte dos camponeses da terra e na proletarização de alguns poucos. Este desenvolvimento não linear do capitalismo no campo permite que famílias camponesas continuem a se reproduzir e lutar para permanecer na terra.

De acordo com Oliveira (1981), o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, através da compra da terra para explorar ou vender, ou ainda pela subordinação a produção camponesa, cujo trabalho é baseado na força de trabalho familiar.

O desenvolvimento contraditório do capital, ao mesmo tempo em que expropria o camponês de sua terra cria condições para que ele volte a ela, logo cria condições para sua criação e recriação, o que denota dizer que o campesinato deve ser entendido como de dentro e, portanto como parte do capitalismo e não de fora deste (OLIVEIRA, 1986; PAULINO, 2006). Nessa linha de pensamento Oliveira (1999) destaca que

o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo). (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Assim, o capitalismo em seu movimento contraditório, complexo, e heterogêneo de expansão pelo campo produz relações especificamente capitalistas e também relações não-capitalistas.

Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. [FERNANDES, 2008?].

Essas disputas ocorrem na dimensão econômica, política, teórica e ideológica e se desdobram, portanto, em todas as dimensões. Essa relação contraditória do capitalismo cria condições para a reprodução do trabalhador camponês que luta para estar ou permanecer na terra.

É importante considerar ainda que existe uma diversidade de camponeses que se diferenciam especialmente nas formas sociais e nas formas de acesso à terra (SHANIN, 2005; MARQUES, 2008). Para Shanin (2005),

o campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. (SHANIN, 2005, p. 18).

O campesinato não deve ser compreendido a parte e sim como parte da história social da humanidade. De acordo com Shanin (2005), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, o que o autor chama de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

As relações camponesas de produção são recriadas pelo capitalismo como uma forma de permitir a produção do capital. Essa recriação ocorre de forma contraditória, uma vez que o movimento do capitalismo, ao mesmo tempo, tem o sentido de reduzir as possibilidades de formas não-capitalistas de produção. De acordo com Shanin (2005 p. 5),

a especificidade camponesa reflete assim a interdependência entre os elementos básicos devendo o camponês ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês tanto interna quanto externamente isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo.

Os camponeses são sujeitos sociais que em suas relações incorporam valores e práticas externas ao campesinato, transformando-as para assim garantir sua existência, o que tradicionalmente, passa pela manutenção da reprodução da família, por meio do seu trabalho na terra.

Ao estudar a propriedade privada da terra é importante destacar a camponesa e a capitalista, a terra de trabalho (camponesa) e a terra de negócio (capitalista) (MARTINS, 1986; PAULINO 2006). A propriedade capitalista

baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente um sistema de exploração. (MARTINS, 1986, p. 59).

Quanto à propriedade familiar, esta

[...] não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. (MARTINS, 1986, p. 59).

Há, portanto usos diferenciados da terra, conseqüência do movimento contraditório do capitalismo. A propriedade capitalista visa essencialmente à obtenção de lucro e para isso expropria o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho e depois explora o seu trabalho. Enquanto a propriedade camponesa visa primeiramente o auto-sustento e os seus ganhos provêm do trabalho da família. “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*.” (MARTINS, 1986, p. 60, grifos do autor).

A apropriação da terra pelo capitalista é feita com o intuito de gerar lucro, a terra é assim um objeto de negócio, que pode ser explorado com o trabalho alheio ou ainda pode servir como reserva de valor (PAULINO, 2006). Essas distintas formas de apropriação da terra geram constantes conflitos entre esses grupos pela terra.

Considerar que o campesinato está fadado ao fim ou ainda que o camponês metamorfoseado seja agora um agricultor familiar significa negligenciar a luta pela terra, pela reforma agrária através da permanência na terra, da organização em movimentos, dos assentamentos e acampamentos, dos conflitos que desde o período colonial configuram a história brasileira, como será detalhado no tópico seguinte deste trabalho. Nesse sentido, corrobora-se com Oliveira (1986, 1999), Martins (1986), Mendonça (2004), Mesquita (1993), que consideram que o campesinato vive em meio à contradição do modo de produção capitalista onde se recria e se articula.

A resistência camponesa é evidenciada nas suas estratégias de recriação e na luta pela autonomia de produção. Na Comunidade Macaúba, as estratégias de recriação e produção, são percebidas no cotidiano das famílias. Diante de dificuldades para produzir e trabalhar, as famílias, criam novas estratégias, aderem a novas formas de trabalho e produção para continuar a reproduzir seu modo de vida. Como por exemplo, as variadas formas de trabalho solidário com os vizinhos, como a troca de dias de serviço, além de formas de ajuda mútua que visam suprir a carência de trabalhadores temporários no meio rural. Por outro lado tem se também a organização em movimentos sociais, como a participação no MCP (Movimento Camponês Popular), na busca de conquistas, como financiamentos diversos, que ajudam a estas famílias continuar a produzir. Mencione-se ainda a participação em feiras abertas que permitem a estes camponeses venderem seus produtos diretamente ao consumidor, obtendo um preço maior pelos mesmos. Essas são estratégias que foram surgindo face à necessidade desses camponeses de criar formas que lhes permitam continuar no meio rural, produzindo, trabalhando, vivendo.

Diante dessas considerações discutiremos no item seguinte as lutas camponesas no Brasil que evidenciam a existência e resistência do campesinato em meio às contradições do capital.

3.2 A resistência camponesa: algumas ações

Neste item, procuramos assinalar algumas das ações dos camponeses no Brasil desde o período colonial, na busca de trazer alguns apontamentos de sua “trajetória” que confirmam sua existência em termos de categoria política e social. Consideramos importante evidenciar, algumas das muitas lutas e ações dos camponeses no país.

“A história que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social.” (OLIVEIRA, 2001, p.1, grifos do autor). “A história brasileira é uma luta permanente dos excluídos do acesso à terra pela obtenção de direitos ligados à possibilidade de sua exploração.” (ANDRADE, 2004, p. 80). Assim, para uma clara compreensão do campesinato brasileiro é necessário entender a forma desigual e contraditória pela qual o capitalismo se reproduz e as lutas dos camponeses para estar em terra.

O campesinato brasileiro sempre esteve ligado à luta pela terra, se organizando de diferentes formas desde o período colonial. O Estado priorizou o

desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação, havendo já no período colonial o início da concentração da distribuição e acesso à terra no território brasileiro, distribuição esta feita de forma desigual.

O Estado adota uma série de políticas de concessão de terras com destaque para as Capitâneas Hereditárias e, em um segundo momento, as Leis de Sesmarias. As Capitâneas Hereditárias foram uma forma da coroa portuguesa de “garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda.” (BORGES, 1980, p. 1). Estas foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei, que vieram a ser denominados de donatários, os quais tinham a encargo de colonizar, proteger e desenvolver a região de forma a gerar lucro para a coroa portuguesa.

No que diz respeito à Lei de Sesmarias, a referida Lei deu início ao processo de concentração de terras no país. De acordo com a Lei,

[...] o acesso à terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor. Dessa maneira, o acesso à terra restringe-se, de direito, a alguns poucos, dele ficando excluída a maioria da população. Quem não tem escravos e não é escravo no Brasil-Colônia, deve contentar-se em ser posseiro. Justamente por isso, a Lei das Sesmarias declara adjudicadas ao domínio das grandes propriedades todas as demais terras do espaço colonial, desse modo demarcando as regras do arranjo espacial colonial-escravista. (MOREIRA, 1990, p. 11).

As terras foram, assim, distribuídas a pessoas influentes, ricas e católicas que construíram casas fortificadas, desmataram e estabeleceram plantações ao lado dos engenhos de açúcar, usando trabalho escravo de índios e negros, como também de meeiros ou empregados.

A doação de terras em sesmarias, embora estas não dessem o domínio, mas tão-somente a posse ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre o país. (ANDRADE, 2004, p. 54).

Em contraposição, uma camada da população foi excluída do acesso à terra (índios, negros, filhos bastardos de grandes fazendeiros, mestiços, e ainda os empobrecidos pelo morgadio - regime que tornava o primogênito o único herdeiro legal dos bens de um fazendeiro). Estes excluídos tornaram-se, muitas vezes, os agregados das fazendas, camponeses cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. “Com isso os direitos dos

camponeses só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro, como concessão deste, como questão privada e não como questão pública.” (MARTINS, 1986, p. 35).

A relação que se estabelece entre o agregado e o fazendeiro é uma relação de troca de produtos e serviços por favores, uma troca desigual em que os fazendeiros são mais beneficiados que os camponeses. O Brasil, enquanto colônia portuguesa serviu como fonte de extração de riquezas para a Europa. Estabeleceu-se uma economia de “plantation” voltada para a produção para o mercado europeu, simultaneamente desenvolveram se pequenos estabelecimentos voltados para apoiar os grandes empreendimentos produzindo alimentos e outros produtos para consumo interno. Assim,

[...] ao lado do sistema brasileiro de “plantation”, cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proprietários, rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo. (FORMAN, 1979 p. 47).

Dessa forma, emerge um campesinato brasileiro, com produção voltada para o mercado interno. O sistema brasileiro de “plantation” exerceu uma hegemonia econômica, política e social sobre o país durante quatro séculos, no entanto não foi à única forma de atividade agrícola no referido período. Desde o principio desenvolveram se outras formas de vínculos econômicos protagonizadas por uma população camponesa diversificada.

Forman (1979) destaca três tipos de camponeses os: *moradores* que residiam nas terras do engenho, e que eram fornecedores de alimentos para o proprietário e que constituíam ainda como mão de obra para a indústria açucareira (FORMAN, 1976), *foreiros* “originalmente alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam lavouras de subsistência. Além da baixa renda que pagavam, eles faziam trabalho do tipo *corvéia* durante as épocas de plantio e colheita.”(FORMAN, 1979, p. 53) e os *posseiros* “o indivíduo que se apossa de terras que não pertencem a ninguém, nelas estabelecendo moradia, trabalhando, fazendo melhorias, sem, contudo possuir escritura da propriedade.” (BASTOS, 1984, p. 50). Martins (1986) também nomeia três tipos de camponeses a que chama de *agregados*, *sitiantes* e *posseiros*. Quando se refere aos posseiros e sitiantes, diz que

ambos às vezes se confundiam, porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores

eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sitio, ou roçado. (MARTINS, 1986, p. 39 - 40).

Os posseiros, agregados e sitiantes eram os camponeses livres que cultivavam a terra buscando seu sustento. Destaque-se ainda, os negros tornados escravos no Brasil que, segundo Ferlini (1994), fugiram onde e quando puderam formando quilombos que perduraram durante todo o período do escravismo. Nesse sentido, Andrade (2004) e Sabourin (2009) destacam que estes escravos fugidos, desenvolveram durante todo o período colonial e imperial atividades agrícolas camponesas. Nos quilombos os escravos desenvolviam roça para suprir a alimentação da população aí residente.

Uma das características do campesinato era o relativo isolamento em que o camponês vivia; habitando lugares distantes e de difícil acesso, ele costumava dedicar-se a policultura cultivando os produtos básicos para sua alimentação e vendendo os excedentes nos mercados mais próximos, vilas e pequenas cidades. (ANDRADE, 2004, p. 72).

A importância maior destes camponeses era a produção de gêneros alimentícios para consumo interno. A produção de alimentos como banana, mandioca, arroz, café, legumes, dentre outros, era feita principalmente para consumo doméstico e o excedente era comercializado nas feiras locais (FORMAN, 1979; MARTINS 1986). Estes camponeses responderam pelo suprimento das grandes propriedades, bem como dos centros urbanos com produtos alimentícios e outros produtos primários.

Desde o período colonial até a atualidade o sistema agrário brasileiro vem refletindo a desigualdade nos padrões de distribuição de terra e a posição privilegiada do latifúndio em relação ao acesso a terra e ao trabalho em contraposição aos camponeses. A Lei de Sesmarias foi extinta em 1822. Para Sabourin (2009), isto ocasionou num movimento violento de ocupação das terras tidas como “devolutas”, levando as oligarquias a concorrer com os camponeses. Além disso, outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura camponesa neste período foi a supressão do morgado em 1935, propiciando a divisão das propriedades entre os herdeiros.

Em 1850, é proibida a comercialização de escravos e é promulgada a nova lei agrária, a Lei de Terras. “Esta foi votada sob a pressão dos grandes proprietários, que pretendiam limitar a ocupação das terras devolutas pelos trabalhadores rurais, o que privaria os fazendeiros de mão de obra.” (SABOURIN, 1999, p. 36). A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses a não ser pela compra, o que veio a atingir diretamente os

camponeses posseiros. As terras devolutas foram transformadas em monopólio do Estado, que era controlado pelos grandes fazendeiros (MARTINS, 1986; SABOURIN, 2009). Nesse sentido, Pessoa (1999) diz que a Lei de Terras só legitimou o latifúndio que continuou a se apossar de terras irregularmente.

Os camponeses que não possuíam terras regulamentadas sujeitaram-se a trabalhar para um grande fazendeiro, para que, através do acúmulo de dinheiro mediante trabalho árduo, pudesse adquirir um pedaço de terra. Surge, assim, um novo campesinato no Brasil que, de acordo com Martins (1986), trata-se de um campesinato moderno e cada vez mais dependente do mercado, onde o nomadismo passa a ser uma das características principais, uma vez que o camponês sai em busca de terra para produzir ou trabalhar.

No final do Império e início da República as lutas por terra entre camponeses e fazendeiros se intensificam. Martins (1990) periodiza as resistências à latifundialização no Brasil, bem como a exclusão do camponês de qualquer pacto político, em três etapas. A primeira que vai até os anos 1940, onde a revolta camponesa era manifestada nos movimentos messiânicos e no cangaço; a segunda nos anos 1950 e 1960, por meio das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais; e a terceira a partir dos anos 1970, através das ocupações de terras devolutas.

O cangaço, o banditismo social, e os movimentos messiânicos tiveram como principais expressões a “[...] guerra de Canudos (1896-1897) na Bahia, e do Contestado (1912-1916) no Paraná e Santa Catarina” (ANDRADE, 2004, p. 58) e em Goiás destacou-se o movimento messiânico de Santa Dica (PESSOA, 1999).

O movimento de Santa Dica, diante de suas especificidades, merece algumas linhas a mais. Este movimento ocorreu no período da República Velha, no município de Pirenópolis, a partir de 1923 e foi liderado por uma mulher, Benedita Cipriano Gomes, conhecida como “Santa Dica”. Em um período em que a mulher era totalmente submissa ao homem, onde dominava o coronelismo, Santa Dica se sobressai a seu tempo, organizando um movimento de camponeses, que a tinham como santa, milagrosa, curandeira, líder. Ela forma uma comunidade conhecida como “República dos Anjos”, na qual é a liderança máxima no sentido político, social e religioso (SILVA; RIBEIRO, 2008; MILLARCH, 1989; PESSOA, 1999).

[...] Por traz da aparência religiosa, o movimento tinha um claro questionamento da propriedade: “A terra é de Deus...”. Por isso, a comunidade enfrentava reiteradamente a aversão dos fazendeiros e as batalhas judiciais. (PESSOA, 1999, p. 60, grifos do autor).

O movimento Santa Dica teve fim em 1926 quando o Estado, com forte repreensão policial, invadiu a comunidade “República dos Anjos”, o que culminou na morte de alguns camponeses, na expulsão de outros e na prisão de Santa Dica (SILVA; RIBEIRO, 2008; MILLARCH, 1989; PESSOA, 1999).

No período pré-64 merece registro em Goiás o movimento de Trombas e Formoso, o maior e mais significativo movimento de luta camponesa em Goiás, que ocorreu na região norte do estado a partir da organização dos camponeses em associações. O conflito ocorreu tanto no aspecto da luta política institucional quanto da luta armada, entre camponeses posseiros, e grileiros/fazendeiros. Com o golpe militar de 1964, os camponeses foram violentamente repreendidos pela força armada do Estado (MARTINS, 1986; GRZYBOWSKI, 1987; PESSOA, 1999).

No que concerne às Ligas Camponesas, esse movimento teve repercussão nacional e legitimidade nos movimentos sociais, em 1954, quando se atribui o seu início no Engenho Galiléia, em Pernambuco. No entanto, para Bastos (1984) e Pessoa (1999), as primeiras “Ligas” surgiram após a redemocratização em 1945, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, estando diretamente ligadas ao Partido Comunista e sendo sufocadas com a ilegalidade do mesmo em 1947.

Um exemplo da atuação da liga camponesa neste período inicial em Goiás foi a “Luta do Arrendo” na região de Orizona e Pires do Rio, ocorrida entre 1948 a 1952, sendo fortemente repreendida pela força policial, cujo término se deu em 1952¹². De acordo com Pessoa (1999), o ressurgimento das ligas ocorre no Engenho da Galiléia, questionando a aliança capitalista no campo entre a burguesia agrária e a não agrária reivindicando a baixa do arrendo e efetivação do projeto de Reforma Agrária no país.

O fortalecimento das Ligas Camponesas, apoiada pela Igreja Católica e pelo PCB, culminou no início da década de 1960, na formação dos primeiros sindicatos dos camponeses que foram violentamente reprimidos com a ditadura militar em 1964. As Ligas Camponesas, diante de sua insatisfação com a situação no meio rural, pressionaram o Estado a fazer mudanças. Como resposta, as pressões dos camponeses, o Estado cria o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural (SABOURIN, 2009).

12

Para mais informações sobre a Luta do Arrendo ver: LOUREIRO, Walderês N. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Centro Editorial Gráfico da UFG, 1988. Na referida obra a autora reconstrói a luta do Arrendo que deu no período de 1948 a 1952, em Campo Limpo, região do município de Orizona no estado de Goiás (p.13).

O Estatuto do Trabalhador Rural considerava como trabalhadores rurais apenas aqueles que se assalariavam, não considerava toda a diversidade de formas de trabalho no meio rural, sejam elas capitalistas ou não-capitalistas, desconsiderava as diferenças sociais do trabalho (MENDONÇA, 2004).

O Estatuto da Terra, por sua vez, objetivava oficialmente regulamentar o uso da terra, o tamanho das propriedades, a expansão das áreas agrícolas e assegurar os direitos trabalhistas no campo. Contudo, o que se verifica na realidade é bem diferente da proposta realizada. O “objetivo principal do Estatuto não é o de redistribuir terra para quem nela trabalha, mas fundamentalmente promover a expansão da agricultura empresarial.” (MARTINS, 1986, p. 35).

O Estatuto da Terra foi uma estratégia da classe dominante e do Estado para promover a modernização da agricultura, facilitando o acesso a terra pelas grandes empresas rurais (MARTINS, 1986; MENDONÇA, 2004). Com a promulgação do Estatuto da Terra, a classe dominante, os latifundiários e o Estado tentaram abrandar a ação do movimento de revolta dos trabalhadores camponeses que durante a ditadura militar foi violentamente reprimido.

A partir de meados da década de 1980, com o fim da ditadura,

[...] várias reivindicações e lutas puderam se expressar, levando ao surgimento de novas identidades: diversos movimentos regionais de sem-terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos Indígenas da Amazônia, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). (SABOURIN, 2009, p. 81).

Outras formas de luta também surgem como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a luta dos peões na Amazônia contra a peonagem, a intensificação da luta dos posseiros pela terra de trabalho. Estes movimentos estão vinculados à luta pela terra ou pela permanência na terra. E surgem a partir de uma nova configuração no campo, ou seja a modernização da agricultura, com o projeto da revolução verde, em que há uma inserção maciça de tecnologias e inovações técnicas, com alterações nas práticas de cultivo e de criação e uma produção voltada para a exportação, incentivando a monocultura.

De acordo com Matos (2011), no discurso oficial a modernização da agricultura visava elevar o padrão de vida das populações que viviam no meio rural. Todavia, o que ocorre é a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade. Para Mendonça (2004), o projeto modernizador sob hegemonia do capital financeiro e industrial,

significou a criação de políticas de financiamentos para atender as demandas do capital nacional e transnacional, ansiosos pelas benesses do Estado autoritário e pela derrota dos movimentos sociais e populares, que lutavam pela reforma agrária e por uma nova forma de organização da sociedade. (MENDONÇA, 2004, p. 195).

Estas e outras mudanças vão acarretar no aumento do desemprego no campo, na expulsão de milhares de camponeses de suas terras. Os camponeses desterritorializados vão, em parte, migrar para a área urbana e outra para áreas de fronteira buscando estabelecer condições para se recriar em um novo território. Há ainda aqueles que contrariando as perspectivas do Estado, se organizam nos movimentos sociais para voltar à terra.

Se considerarmos o conjunto de tensões que se desenvolvem no campo, no Brasil, tanto hoje como há décadas passadas, percebemos que a luta pela terra é, indubitavelmente, a mais importante delas. Essa luta assume características diferentes conforme se desenvolve em áreas de fronteiras ou em áreas mais antigas. Em ambos os casos, têm aparecido como uma forma de resistência ao capital, na medida em que, ao se direcionar à posse da terra, dirige-se diretamente contra o capitalismo, que no seu processo de expansão ao campo subordina a terra às suas necessidades. (BASTOS, 1984, p. 9).

O desenvolvimento agrário brasileiro esteve sempre a favorecer uma minoria da sociedade, a classe dominante, dificultando a outros o acesso e posse da terra. Contudo, a população excluída deste processo se organiza na forma de movimentos sociais, sindicatos, de lutas pela manutenção do seu modo de vida, das suas práticas socioculturais, das suas formas de uso da terra que são incorporadas em sua ação política na busca de obter as condições necessárias para sua permanência na terra. Os sentidos da terra são diferentes para os latifundiários e para os camponeses. Para estes, a terra significa trabalho, vida, existência, lar, para aqueles a terra é fonte de acúmulo, lucro.

Para Oliveira (1991), compreender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção significa entender que a sua reprodução só ocorrerá se articulada com relações sociais não-capitalistas, sendo o campo um espaço privilegiado para a reprodução destas relações. Se por um lado o capitalismo avança pelo território expulsando os camponeses do campo, por outro estes mesmos camponeses também buscam conquistar novos espaços e defender os que lhes pertencem. De acordo com Martins (1986) os camponeses encontram na luta pela terra a forma de garantia de seu lugar no processo social e político. É por meio de suas lutas que o camponês constrói sua participação social. As ações

dos camponeses são ações de resistência, ações políticas que buscam essencialmente entrar na terra e nela permanecer resistindo à expropriação e subordinação ao capital.

A luta camponesa para permanecer na terra pode ser também uma luta silenciosa como ocorre na relação entre a Comunidade Macaúba e as mineradoras. No tópico a seguir serão discutidas as estratégias da Comunidade e das mineradoras na luta pelo território.

3.3 Território do campesinato e do capital: o embate entre Comunidade Macaúba e atividade mineradora

Ao longo da história, a relação entre capital e campesinato tem se mostrado complexa e dialética, buscar a sua compreensão implica em ater-se em questões que envolvem conflitos. O campesinato e o capital possuem lógicas diferenciadas e por isso suas ações não se confundem, ao contrário, por vezes se repelem, se contradizem, se embatem. Estes sujeitos defendem modelos de desenvolvimento opostos, que podem ou não causar impactos socioterritoriais criando-se formas de resistência e produzindo constantes conflitualidades em torno de disputas pelo território.

As disputas pelo território envolvem não só o aspecto material como o imaterial, sendo essa disputa também no âmbito da compreensão do conceito de território, entre governo, por transnacionais e movimentos socioterritoriais. Para Fernandes [2008?, p. 4],

o que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países[...]. As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais.

Os agentes do capital e governamentais difundem uma noção de território compreendido apenas como espaço de governança, onde busca-se manter a relação entre territórios dominantes e dominados. Por outro lado, há uma compreensão do território como um instrumento que permite visibilizar as diversidades, as conflitualidades e as disputas

territoriais. As relações sociais, políticas e econômicas que perpassam os territórios do capital e do campesinato, geram conflitos e disputas que acarretam na metamorfose de territórios, na sua reinvenção e na produção de outros.

O capital transnacional também determina políticas de desenvolvimento socioterritorial de um país [FERNANDES, 2008?], gerando resistência por grupos locais diretamente afetados. Territórios são oferecidos, pelo Estado, para atividades produtivas do capital, para o qual “o espaço é indiferenciado, somente tendo valor por sua base de recursos naturais.” (LEROY, 2010, p. 94). Grupos tradicionais tornam-se “invisíveis” aos olhos do Estado e dos agentes do capital, sendo passíveis de serem massacrados e agredidos simbólica e materialmente, a não ser que, ofereçam algum tipo de benefício para o capital. Grupos tradicionais ficam a mercê daqueles que dominam o poder.

O capital procede à desconstrução e reconstrução permanente do território, esvaziando-o de sentidos e de povos conforme seus interesses, tornando-o, mantidas as aparências de território público com suas divisões administrativas, móvel e incerto, para poder fazer dele um território à escala do mundo. (LEROY, 2010, p. 101).

Comunidades camponesas representam para o capital o atraso no campo, por predominar, nestes grupos, relações tipicamente não-capitalistas de trabalho e produção e por isso devem ser substituídas pelo moderno. Terras de camponeses, antes sem interesse para o capital por causa de distâncias de mercado consumidor, falta de infra-estruturas, de solo pobre, falta de água ou clima inapropriado, são agora cobiçadas e apropriadas para produção em massa.

As novas tecnologias permitem um aproveitamento vantajoso dessas áreas por aqueles que detêm recursos para tal envergadura. As áreas de Cerrado, por exemplo, até meados do século XX foram consideradas como inadequadas para a produção, mas, mediante a implementação da agricultura moderna, com a inserção de novas tecnologias e insumos agrícolas, essas terras foram incorporadas ao circuito mundial de produção (MENDONÇA, 2004).

Essa reorganização do espaço agrário das áreas de Cerrado ocorreu à medida em que a agricultura moderna foi se consolidando e ampliando a produção, as formas tradicionais de uso da terra sofreram alterações e perderam espaço para a abertura de lavouras e pastagens. Como conseqüências da modernização da agricultura, houve uma intensificação do processo de destruição do Cerrado, e as culturas destinadas ao mercado interno como o

arroz e o feijão perderam espaço para monoculturas como soja, milho e algodão (MENDONÇA, 2004; MATOS, 2005).

Na Comunidade Macaúba, o processo de modernização, em função do relevo com declividades, não levou a criação de monoculturas. No entanto, aumentou o número de pastagens, as quais passaram a ser adubadas, e a inserção da cultura do alho, das culturas de feijão, mandioca, café e hortaliças. A modernização agrícola, não afetou, de forma intensa, a Comunidade. Isso evidencia o que Matos (2005) e Mesquita (1993) falam sobre a não homogeneização da agricultura na meio rural.

Em outras áreas de Cerrado as monoculturas de grão e as grandes pastagens extensivas se expandem expulsando camponeses por toda a área (MATOS, 2005, 2011). Concomitantemente, é viabilizada a implantação de grandes empreendimentos para explorar os recursos naturais existentes nessas áreas, como os rios pelas hidroelétricas, e os minérios pelas mineradoras.

Frente a isso, o agricultor familiar, o camponês e o agroextrativista pesam pouco. Além do preço deprimido das suas produções, tudo é feito para dificultar seu acesso a terras produtivas e mantê-los longe, física e economicamente, dos mercados. Logística, maquinário, crédito... nada foi concebido a eles. (LEROY, 2010, p. 101).

O processo de aproveitamento dos recursos naturais, que visa a maximização do lucro, pelos agentes do capital é excludente. Os agentes do capital não dão a devida importância aos conhecimentos e saberes tradicionais de aproveitamento dos recursos naturais pelas populações camponesas. No entanto, continuam a mantê-las vivas porque necessitam dessas populações que são “funcionais ao capital” (LEROY, 2010, p. 100).

A diversidade socioambiental simbolizada nos povos indígenas, pescadores, camponeses, extrativistas, ribeirinhos em diferentes ecossistemas, ao mesmo tempo em que, representa um impasse para o capital, é também necessário a ele, especialmente porque ele usa dessa diversidade para promover a imagem de que contribui para a preservação da biodiversidade e das populações.

O agronegócio necessita do camponês para produzir os alimentos de comercialização local, deixando-o livre para a produção voltada para o mercado externo. Os grandes empreendimentos, como mineradoras, metalúrgicas, hidroelétricas, por sua vez, ao se territorializarem em uma área, podem vir a desterritorializar comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, camponeses, o que é negativo para suas imagens perante a sociedade e o discurso de promoção de uma natureza preservada.

Como forma de “amenizar” os efeitos negativos sobre essas populações, são utilizadas diferentes estratégias, como, a realocação dessas comunidades para outras áreas, o que na verdade pode se tornar um etnocídio para as mesmas (LEROY, 2010). Outra estratégia destes empreendimentos é o financiamento de eventos e obras nas cidades afetadas, passando a imagem de que essas empresas trazem benefícios para todos, preservando a natureza com reflorestamentos, e sendo ainda portadoras de desenvolvimento para a região.

A população, diante das ameaças oferecida pelo capital a sua existência, mostram-se mais atuantes politicamente, reforçam o domínio e poder sob seu território. “Esse controle passa por uma gestão do território e formas de manejo que fazem com que o território e seus habitantes sejam reconhecidos pela sociedade e as autoridades do entorno.” (LEROY, 2010, p. 104). Para defender seus territórios as populações têm a necessidade de estar, constantemente, afirmando seu domínio sobre o mesmo, propiciando assim, a manutenção dos seus usos dos recursos naturais, do seu modo de vida, e das raízes criadas no local. Para conservar sua cultura, seus valores, essas populações se envolvem em um processo constante de adaptação e mobilização, que lhes permite continuar a existir, sem perder suas essências.

Os projetos das empresas mineradoras diferem dos projetos das comunidades afetadas. Nesse sentido,

a grande empresa está quase sempre preocupada com sua inserção na economia-mundo, com sua política de espacialização, enquanto as populações locais [...], com a fixação e a continuidade de seus empreendimentos e de seus processos de reprodução. A empresa vê nos múltiplos territórios dela a garantia da diversificação de fontes de matérias-primas, o aperfeiçoamento da competitividade e, conseqüentemente, a continuidade de sua lógica de acumulação e, portanto, de viabilização de seus empreendimentos e interesses de permanência continuada nos mercados internacionais. A lógica norteadora das comunidades é a da reprodução social, de uma acumulação que permitia tanto a continuidade do grupo quanto o financiamento dos projetos dos indivíduos e da família. (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010, p. 279).

A empresa em seu processo de territorialização e exploração mineral adota estratégias que impedem o desenvolvimento de possíveis ameaças ao seu empreendimento. As comunidades, por sua vez, buscam a manutenção do seu território pela posse, controle, procurando manter as condições que lhes permitam continuar se reproduzindo.

O Estado, por sua vez, tende a colaborar com a empresa tanto no sentido de tornar a exploração de determinada jazida mais atraente quanto no de

compartilhar estratégias de organizar o espaço e cooperar simultaneamente com a empresa e com as populações locais, não sem contradições ou conflitos. (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010, p. 279).

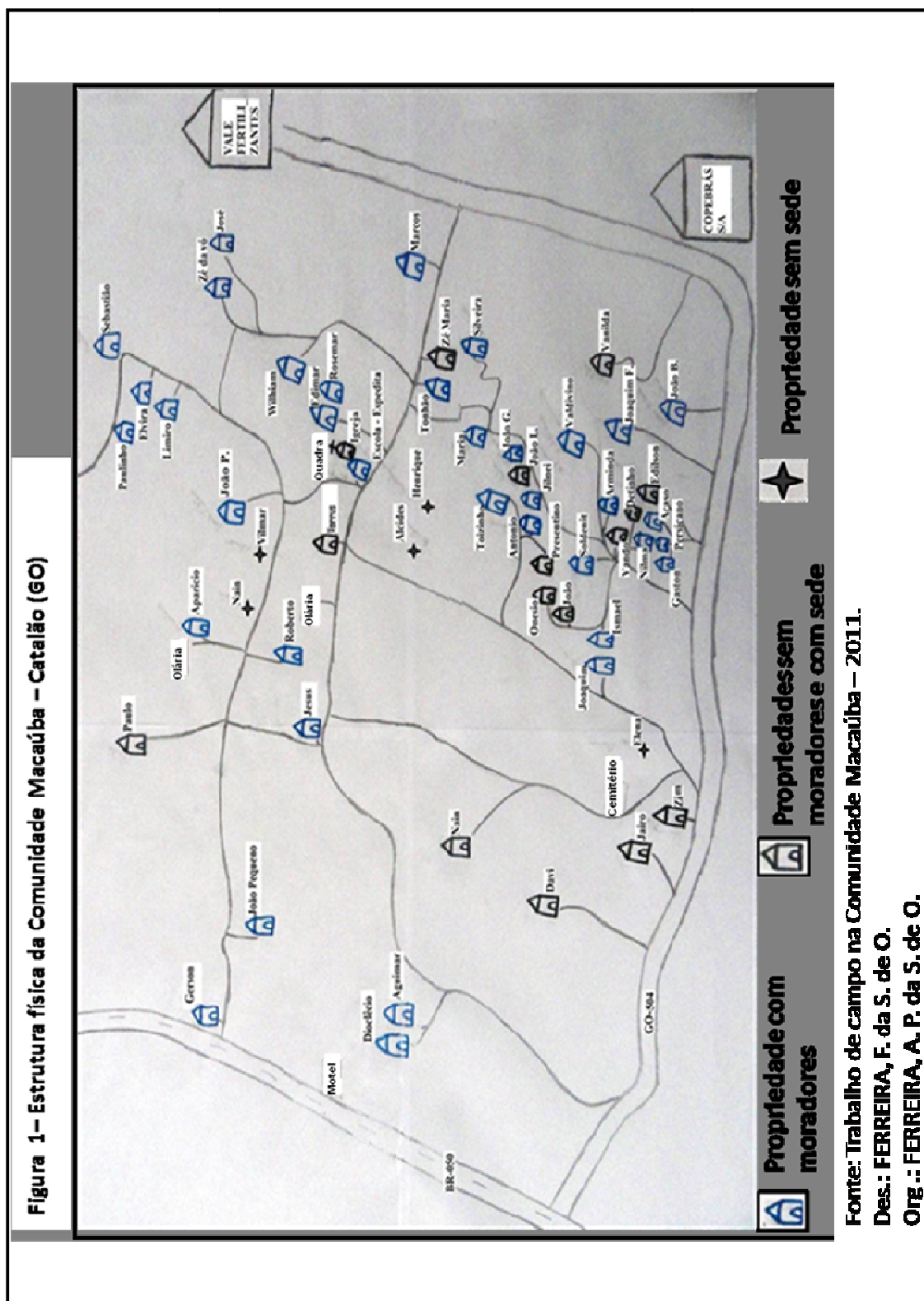
O Estado, as elites políticas, nacionais e locais concebem um ou outro benefício às comunidades, entretanto, assumem como seus, os interesses da empresa mineradora, que quase sempre prevalece sob o interesse das comunidades. Sevá Filho (2010), ao fazer uma discussão sobre os conflitos envolvendo a exploração mineral nas Américas, aponta que uma das estratégias das grandes “casas mineradoras tradicionais” é disputar um “ponto” diretamente ou por meio de prepostos e sócios menores no país, ou seja, disputam uma área com outras empresas pelo

[...] acesso e pela permanência longa, enfim, pela conquista do recurso. Faz sentido, pois elas passaram décadas sobrevoando, abrindo trilhas, furando para sondar e tirar amostras, mapearam, radiografaram; e agora já sabem, com bastante detalhe, a geografia, a geologia e a mineralogia de todas as regiões da América do Sul e do Centro. (SEVÁ FILHO, 2010, p. 119).

A busca pela exploração de metais preciosos e também de minerais, por empresas nacionais e transnacionais depara-se muitas vezes com a rejeição da população local, que não quer entregar as terras onde vive, ou ainda sofrer com explosões, poeira, barulho, e com a possível contaminação de cursos d’água. Por outro lado essas populações não querem ser obrigadas “[...] a deixar de fazer suas atividades milenares, nem ver prejudicada a produção agrícola e de origem animal que, de algum modo, supre a demanda local e, às vezes, até gera excedentes.” (SEVÁ FILHO, 2010, p. 120).

Essas obras destroem matas, culturas agrícolas, ocasionam em perdas testemunhais e históricas de localidades, além de expulsarem os moradores da área. Nesse sentido é possível pensar a territorialização das mineradoras na década de (19)70 no município de Catalão e na Comunidade Macaúba, a qual influenciou em mudança na configuração espacial dessas áreas.

Hoje (2012) a estrutura física da Comunidade (Figura 1) conta com um Centro Comunitário, uma quadra de esportes e um campo de futebol que são utilizados por toda a Comunidade para eventos e lazer. Ainda há na Comunidade 37 propriedades onde residem famílias camponesas. Além dessas propriedades há 15 propriedades com sede onde não reside ninguém e 5 propriedades onde não há sede.



A Comunidade Macaúba, antes da instalação das mineradoras nas suas proximidades, era mais populosa e havia um número maior de famílias residentes. A instalação das mineradoras culminou diretamente na desterritorialização de mais de 40

famílias camponesas da Comunidade Macaúba e influenciou indiretamente na saída de outras famílias não só da Comunidade Macaúba, como de outras Comunidades da área rural do município de Catalão. Essas famílias eram produtoras de alimentos como feijão, arroz, mandioca, milho, café, e foram para a área urbana do município na busca de emprego nas empresas mineradoras, como operárias, trabalhadores assalariados.

Os efeitos da ação das mineradoras na Comunidade Macaúba são socioambientais, econômicos e culturais, e diante de sua expressividade, destacou-se a seção quatro para abordá-los, trazendo também alguns aspectos da mineração no Brasil.

4 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS MINERADORAS: efeitos socioambientais na Comunidade Macaúba

4.1 A mineração no Brasil e em Goiás: (re) visitando parte da história

A ocupação de terras brasileiras pelos portugueses está relacionada à adoção dos ciclos econômicos, iniciada com extração do pau-brasil e a plantação de cana-de-açúcar no litoral. Posteriormente, já no fim do século XVII começa a interiorização do Brasil, através da pecuária e da busca de metais preciosos, primeiro ciclo da mineração. Assim, a extração mineral, desde o período colonial, esteve relacionada à economia brasileira, sendo, a princípio, um dos fatores que influenciou no ‘povoamento’ do interior do Brasil, como o Centro-Oeste. Durante o século XVIII, foram feitas expedições denominadas bandeiras, expedições que reuniam portugueses, índios, já escravizados, que saíam percorrendo todo o território do Brasil na busca de mais índios para serem escravizados e de metais preciosos (LINS, 2000), como o ouro de aluvião, a prata e o cobre e também pedras preciosas como diamantes, e esmeraldas. Para Polonial (2006, p. 19),

o contexto histórico no século XVIII destinava a Goiás o papel de região exportadora de minério de ouro. A agricultura e a pecuária estavam relegadas a segundo plano. Toda força de trabalho deveria ser destinada a mineração, única atividade valorizada e compensatória, motivando o deslocamento desses trabalhadores das regiões mais distantes do país.

Diante das enormes distâncias, e da existência rudimentar de meios de transporte e locomoção, foram sendo criados povoados no interior do país para atender as necessidades dos bandeirantes. Esses povoados posteriormente vieram a se tornar cidades. A mineração “produziu um tipo de povoamento irregular e instável, sem qualquer planejamento ou ordem, o que, de certa forma, explica a lenta ocupação do Estado de Goiás, até chegar-se à configuração atual.” (LIMA, 2003, p. 28).

Em Goiás, um número considerável de cidades nasceu da atividade de exploração do ouro, sendo que algumas destas prosperaram, outras tiveram seu crescimento estagnados e outras desapareceram. Dentre as cidades surgidas a partir da exploração do ouro ou da garimpagem de pedras preciosas pode citar Vila Boa de Goyaz (hoje conhecida como Cidade de Goiás), Pirenópolis, Santa Cruz de Goiás, Pilar de Goiás, Crixás, Niquelândia, Aragarças, Cachoeira de Goiás, Cristalina Iporá, dentre outras.

A mineração foi em um primeiro momento o fator determinante na povoação do estado de Goiás. Entretanto, a exploração de minérios, especialmente o ouro, entra em decadência, em função “da evasão do ouro produzido na capitania, [...], o esgotamento rápido das minas; a carência de mão de obra; a má administração local; as técnicas rudimentares.” (POLONIAL, 2006, p. 19).

A extração mineral serviu como estímulo para o povoamento da região que, posteriormente, nos séculos XIX e XX foi continuado pelo desenvolvimento da agropecuária tradicional, pela construção de infra-estruturas, como ferrovias e rodovias de integração nacional e a partir de meados do século XX como fronteira agrícola (LIMA, 2003).

Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, em função da crise mundial desencadeada em 1929 pela quebra da bolsa de Nova York, e da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o governo dá início à busca de alternativas industriais para substituir as importações. E para isso investe na criação de infra-estruturas básicas e de empresas estatais para viabilizar o desenvolvimento industrial (LIMA, 2003). O fim da Segunda Guerra Mundial é o marco do início do segundo ciclo da mineração, quando esta passa a ser considerada como um setor econômico estratégico para o desenvolvimento e crescimento econômico do país. Este ciclo concretiza-se, no final da década de 1970 com a implantação do atual parque minero-metalúrgico e siderúrgico brasileiro (FERNANDES; ENRÍQUES; ALAMINO, 2011).

Nas décadas de 1960 e 1970 o governo militar assume como estratégia a tentativa de complementar a base industrial nacional e para isso cria planos de desenvolvimento econômico como o Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, (I PMD no período de 1965 – 1974). Posteriormente, foi criado o II Plano Decenal de Mineração (II PDM no período de 1981 – 1990) e o III Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral (PPDSM em 1994). No ano de 2000, as projeções estatísticas do PPDSM foram atualizadas (CALAES, 2009; MME, 2011b). Havia entre esses três planos um objetivo em comum o de ampliar e garantir investimentos públicos, ou seja, incentivar os investimentos privados para o setor mineral.

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi implantado entre 1972-1974. Para Ianni (1981), no referido Plano

adotou-se “uma concepção mais complexa e integrada do desenvolvimento”, baseada na “estabilidade política”, na “segurança nacional, interna e externa”. Ao mesmo tempo, buscou-se “modernizar as instituições”. Tudo isso para propiciar a acumulação monopolista ditada pelas grandes

burguesias imperialista e nacional, associadas econômica e politicamente. (IANNI, 1981, p. 12, grifos do autor).

O I PND visou integrar o Brasil, por meio da criação de rodovias, construção de Brasília, modernização agrícola, etc., priorizando a expansão da fronteira econômica a partir do Centro-Sul para o Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia.

O II PND foi implantado no período entre 1975-1979. Visou modernizar a agricultura para atender ao mercado externo. Para alcançar seu objetivo, a agricultura brasileira passa por alterações com a diminuição da produção de alimentos como o arroz, feijão, milho e a introdução de outras culturas como a soja, cacau, visando à exportação (LIMA, 2003; MENDONÇA, 2004).

Para atender as mudanças da agricultura foram necessárias grandes extensões de terra e grandes investimentos de tecnologia e insumos (agrotóxicos e fertilizantes), que vão afetar diretamente as áreas de Cerrado que passam a ser ocupadas pelas grandes monoculturas e empresas de exploração mineral. “Na prática, o aparelho estatal continua a serviço da acumulação monopolista, preservando inclusive a mesma política de superexploração e repressão do proletariado.” (IANNI, 1981, p. 13).

O III PND, por sua vez, foi menos expressivo, reflexo da crise nos anos 1980 e 1990, com ênfase aos investimentos direcionados à agropecuária e à agroindústria. Nesse período, ocorre “[...] a diminuição de barreiras alfandegárias, a redução da tributação incidente sobre exportações e a redução da participação estatal na economia, por via, por exemplo, de privatizações de empresas estatais [...]” (MONTEIRO, 2005, p. 194) como as mineradoras. O papel do setor mineral, na economia, compreende

[...] descobrir, delinear e desenvolver depósitos minerais econômicos; a seguir, lavrando-os, processando e comercializando seus produtos. Portanto, a jazida ou depósito mineral econômico é o ponto de partida, é o "gatilho" que dispara o processo de suprimento mineral. O estímulo básico para a ativação do mencionado processo, decorre da dicotomia existente entre **potencialidades** (ambiente geológico - recursos hipotéticos – potencial mineral) e **necessidades** (configuradas pela demanda de bens minerais na economia). (CALAES, 2006, p. 20, grifos do autor).

A exploração mineral inicia-se com a pesquisa e descoberta de depósitos de minerais, delimitando sua dimensão e teor, detalhando as jazidas. As empresas de mineração investem em pesquisa, para identificar novas jazidas, e para ampliar o conhecimento das reservas minerais já conhecidas.

As atividades de pesquisa mineral são realizadas por empresas privadas de grande porte (majors), de pequeno porte (juniors) e empresas estatais. Em termos globais, desde 1990, as majors vêm reduzindo os investimentos nessa etapa que é de mais alto risco, sendo substituídas pelas juniors, cujos recursos financeiros são captados predominantemente em bolsas de valor. (MME, 2011b).

Após a descoberta das jazidas, as mais próximas da superfície e do mercado são selecionadas para serem exploradas em primeiro lugar. Esses depósitos são os melhores e os mais fáceis de serem explorados, e por isso são os primeiros a serem aproveitados economicamente, e também os primeiros a serem esgotados pela extração. À medida que estes depósitos vão se exaurindo novas pesquisas e tecnologias são feitas, criando-se novas técnicas exploratórias mais eficazes para viabilizar a exploração econômica de jazidas mais profundas e de difícil exploração. Isto tem influência no valor do mineral.

Os países com maior potencial em recursos minerais são Brasil, Canadá, Austrália, Federação Russa, China e Estados Unidos. O Brasil possui 77 substâncias minerais, das quais 45 são de não-metálicos, 23 de metálicos e 4 de energéticas (PINHEIRO, 2011). Ainda estão localizadas no Brasil algumas das mais expressivas reservas de nióbio, tantalita, caulim, grafita, alumínio, talco, vermiculita, estanho, magnetita, ferro e manganês presentes no mundo (BARRETO, 2001; MME, 2011b).

A grande extensão territorial do Brasil e sua formação geológica permitiram-lhe ter uma diversidade de recursos minerais (metálicos, não-metálicos, energéticos, gemas e diamantes) passíveis de exploração econômica. O Brasil possui um total de 3.354 minas, sendo que 94% são de minerais não metálicos (PINHEIRO, 2011). A região com maior concentração mineral é o Sudeste seguido do Sul, do Nordeste, da região Centro-Oeste e por fim da região Norte.

As maiores empresas mineradoras do Brasil atuam em nível mundial, sendo uma alta porcentagem de sua produção exportada para outros países, principalmente China, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Argentina (PINHEIRO, 2011). Dentre essas empresas destacam-se o Grupo Vale S. A., a mineração Rio do Norte e a CBMM (BARRETO, 2001).

A produção mineral brasileira é bastante diversificada, como pode ser observado na tabela 1, sendo o país auto-suficiente para a maior parte das substâncias minerais. Entretanto, o país ainda é dependente das importações de vanádio, molibdênio, potássio, enxofre, fosfato e carvão metalúrgico. Esses minerais são importados principalmente de países como Estados Unido, Chile, China, Alemanha e Argentina (PINHEIRO, 2011).